



VII M.D.A.

**14º Congresso da Liga Comunista
da Iugoslávia**

Guia de Estudos

Sétima Edição

do Modelo Diplomático Agostiniano

Guia de Estudos

14º Congresso da Liga Comunista da Iugoslávia
-
Crise étnica e política nos Balcãs

Elaboração

João Pedro Jacintho

Mariana Campinho

Marina Cupello

Sofia Castro

Revisão

Guilherme Ávila

Luca Alexandre

Orientação

Felipe Queiroz

Mário Guarnieri

SUMÁRIO

1. Carta aos delegados	5
2. Histórico	6
2.1. Formação da Iugoslávia	6
2.1.1. <i>Antecedentes</i>	6
2.1.1.1. <i>Questão Otomana x Austro-Húngara</i>	6
2.1.1.2. <i>Eslavos do Sul x Expansionismo Sérvio</i>	8
2.1.1.3. <i>Guerras Balcânicas</i>	11
2.1.1.3.1 <i>Guerras Serbo-Turca, Russo-Turca e Congresso de Berlim</i>	11
2.1.1.3.2. <i>Liga dos Balcãs, Primeira e Segunda Guerras dos Balcãs</i>	15
2.1.1.3.3. <i>Crise Bósnia</i>	17
2.2. Período Monárquico	19
2.2.1 <i>Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos</i>	19
2.2.2. <i>Reino da Iugoslávia</i>	20
2.2.3. <i>Regência e Segunda Guerra Mundial</i>	22
2.3. Resistência Iugoslava	23
2.4. Período Titoista (1945-1980)	24
2.4.1. <i>Constituição de 1946</i>	24
2.4.2. <i>Reconstrução e socialismo (1945-1960)</i>	25
2.3.3. <i>República Socialista Federativa da Iugoslávia</i>	27
2.5. Iugoslávia após-Tito	28
3. Questões de identidade nacional na Península Balcânica	29
3.1. Sérvios	30
3.2. Kosovo	31
3.3. Vojvodina	31
3.4. Croatas	31
3.5. Bósnios	32
3.6. Eslovenos	32
3.7. Montenegrinos	33
3.8. Macedônios	34
4. Estrutura administrativa	34
4.1. Administração durante o período Titoísta	34
4.2 Administração autogestionária	35
4.2. Estrutura administrativa pós Tito	37
4.2.1 Sucessão rotativa da presidência	37
4.2.2 Rejeição do modelo autogestionário	37
5. Situação atual	38
5.1. Situação econômica	38

5.2. Situação política	39
5.3. Questões étnicas	41
5.4. Situação humanitária	42
5.5. Últimos acontecimentos	43
6. Referências	45

1. Carta aos delegados

Queridíssimos delegados,

Com muito orgulho, apresentamos aqui aos senhores o guia de estudos do 14º Congresso da Liga dos Comunistas da Iugoslávia. Procuramos nesse texto destrinchar historicamente todas as tensões que permeiam a região balcânica por séculos.

Contudo, uma questão ainda é central, qual o motivo da escolha do 14º Congresso em específico? A resposta é muito simples, trata-se da última reunião do partido de forma integral, tendo sido essa convocada emergencialmente para tentar apaziguar a situação de insatisfação nas províncias. Nesse contexto, os nervos à flor da pele favorecem um cenário de completa incerteza no qual os delegados terão a chance de mudar para sempre o rumo de uma das regiões mais explosivas do mundo. As decisões feitas no Congresso poderão promover ou impedir guerras, massacres étnicos e crises humanitárias.

Por isso é de suma importância que os representantes façam bom estudo acerca do tema e entendam a complexidade da questão, percebendo que esta é composta por diversos fatores de ordem étnica, política, econômica e administrativa. Incentivamos bastante que o participante não se limite ao conteúdo deste guia, pesquisando, também, aquilo que lhe for necessário para uma boa simulação.

Visto isso, contamos com os senhores para decidirem o destino das diferentes etnias e repúblicas que compõem a Iugoslávia. Esperamos os senhores em Belgrado no dia 20 de Janeiro de 1990.

Lutem pelo bem geral e o das suas delegações e tenham uma boa simulação!

Срећно и слава јужнословенском народу!

A mesa diretora.

2. Histórico

2.1. Formação da Iugoslávia

2.1.1. Antecedentes

2.1.1.1. Questão Otomana x Austro-Húngara

No início do século XIX, os territórios da Península Balcânica eram integrados ao Império Otomano - regiões localizadas mais ao sul - e ao Império Austro-Húngaro - regiões localizadas mais ao norte.

Figura 1 - Mapa da Península Balcânica em 1804



Fonte: The Balkans - Misha Glenny

Primeiramente, ao abordar os territórios pertencentes ao Império Otomano, é necessário compreender que havia uma ampla pluralidade cultural, religiosa e étnica nesses espaços e, em virtude de sua grande extensão, tinham-se dificuldades em manter um rígido controle sobre as regiões mais distantes da capital do Império, como era o caso da Península Balcânica. Como consequência dessa limitação, essas províncias, apesar de não terem autonomia política, passaram a apresentar pequenos chefes locais (conhecidos como knez). Ademais, é importante destacar que no final do século XVIII, o Império Otomano estava em guerra com o Império Austro-Húngaro, governado pela família Habsburgo e, apesar da interrupção do conflito em 1794, ainda havia uma intensa rivalidade entre os Estados. (GLENNY, 2017)

Além disso, havia discordâncias internas entre os otomanos: uma parcela dos senhores de terra - de maior proximidade aos interesses do Sultão - buscava uma modernização econômica e tecnológica, ajustando-se à realidade socioeconômica de outros países europeus, os quais já haviam passado pelo colonialismo e iniciavam seu processo industrial; em contrapartida, uma parcela da elite militar (janízaros) resistia a essas transformações e as considerava uma ameaça à tradição Otomana, tornando-se, pois, um grande oponente ao Sultão. Esse embate entre os setores mais influentes da sociedade otomana potencializou a instabilidade do império, principalmente nas regiões mais afastadas de Istambul. (GLENNY, 2017)

Por volta de 1804, a província de Belgrado (atual Sérvia), chefiada por Aleksandar Nenadović, era localizada no Império Otomano, porém, na fronteira com o Império Austro-Húngaro, de modo a receber muita influência do governo Habsburgo. A população de Belgrado, à época, era composta principalmente por agricultores de fervorosa religiosidade católica e se encontrava dispersa pelo território. As diferenças religiosas entre os sérvios católicos e os muçulmanos otomanos fizeram com que se instaurasse um clima de instabilidade ainda maior nessa região, o que gerou o temor entre os janízaros de uma possível rebelião sérvia. Com o intuito de tentar evitar que tal rebelião acontecesse, além de reafirmar a força dessa elite militar otomana, os janízaros organizaram uma armadilha contra Aleksandar Nenadović. Foi elaborada uma falsa carta, assinada em nome de Aleksandar, firmando uma aliança com os Habsburgos, o que resultou na sua decapitação - e na de outros sérvios influentes que o acompanhavam - em meio às ruas de Valjevo, um vilarejo próximo a Belgrado, sem direito à julgamento. Com isso, foi instaurado o terror entre os indivíduos da região. (GLENNY, 2017)

Contudo, em meio ao contexto de disputas internas entre as elites otomanas, os setores reformistas - favoráveis a um processo de modernização - aproveitaram-se da ação militar dos janízaros para terem vantagem em tal disputa. Os senhores de terra otomanos iniciaram um movimento para armar camponeses católicos, auxiliando-os com treinamento e infraestrutura para enfraquecer os janízaros por meio de guerrilhas. Apesar da inexperiência de muitos camponeses, que muitas vezes abriam mão das guerrilhas para saquear pequenos vilarejos, sob a liderança de seu novo knez, Djordje Petrović - um dos aliados de Aleksandar Nenadović que sobrevivera à repressão otomana -, “formou-se uma extraordinária e poderosa força militar Católica dentro do território Islâmico”. (GLENNY, 2017)

Petrović, com o intuito de incentivar a luta sérvia e de manter uma maior coesão entre suas tropas, apropriou-se de símbolos e de ícones do Império Medieval Sérvio, que passaram

a integrar o uniforme militar de seus soldados. Com isso, iniciou-se a ideia de um nacionalismo sérvio, o qual servia como motivação para esse grupo militar fortalecer-se ainda mais. Isso pôde ser visto com as exitosas campanhas militares que resultaram na execução de muitos janízeros. Conforme as tropas sérvias foram crescendo em número e em força, os próprios senhores de terra que organizaram os camponeses militarmente sentiram-se ameaçados, o que, por sua vez, fez com que o Sultão declarasse o grupo eslavo como rebeldes. Com isso, iniciou-se a Primeira Insurreição Sérvia. (GLENNY, 2017)

O conflito prolongou-se até o último trimestre de 1806 e, quando o Sultão estava prestes a ceder às demandas sérvias - autonomia política, econômica e militar -, as Guerras Napoleônicas atingiram a Península Balcânica, de modo a promover, pela primeira vez, a internacionalização da crise regional, o que iria se manter pelos próximos dois séculos nos Balcãs. Em outubro de 1806, ao ocorrer a aproximação do exército napoleônico com os Balcãs, a Rússia - que possuía uma forte influência na região desde a segunda metade do século XVIII - interveio na crise Otomana. Com a declaração de guerra ordenada pelo Czar Alexandre, os sérvios aliaram-se às forças de São Petersburgo, que visavam se aproveitar desse contexto para concretizar seus objetivos; enquanto a França apoiou a resistência turca. O conflito estendeu-se até 1812, quando o Czar decidiu retirar suas tropas dos Balcãs, temendo a invasão do Grande Exército de Napoleão no território russo, acontecimento que enfraqueceu as forças sérvias, que colapsaram perante ao Império Otomano. Com isso, foi ordenada a reimposição do rígido regime feudal na região, retornando ao cenário anterior à Insurreição. (GLENNY, 2017)

Entretanto, esse retrocesso forçado não foi capaz de conter o sentimento nacionalista sérvio, o que resultou em um Segunda Insurreição, desta vez com o apoio russo, resultando na vitória dos rebeldes. Com isso, os sérvios adquiriram autonomia administrativa e política, embora ainda não houvesse uma emancipação do nome. Contudo, o Império Otomano ainda era uma ameaça constante e a forte dependência da proteção russa ampliou a influência do Czar nos Balcãs.

A autonomia política e administrativa, porém, não foram acompanhadas de autonomia econômica. Os líderes sérvios, preocupados com esse cenário, perceberam a importância de se ter uma saída para o mar para o comércio no país. No entanto, entre a Sérvia e o Mar Adriático havia a província da Bósnia e, portanto, para se ter uma saída para o mar a Bósnia precisaria ser incorporada, dando início ao ideal da Grande Sérvia. (GLENNY, 2017)

2.1.1.2. Eslavos do Sul x Expansionismo Sérvio

O nacionalismo moderno na Croácia e na Eslovênia tem a sua origem nas Guerras Napoleônicas.

Em 1809, Napoleão criou as “Províncias Ilírias” a partir de territórios cedidos pelos austríacos. Essa região continha parte da Eslovênia, da Croácia e a Dalmácia, e nelas Napoleão introduziu o Código Legal e outras práticas administrativas da República Francesa, dando a essas populações uma primeira experiência do novo sistema econômico e das liberdades políticas que eram vigentes na Europa Ocidental. Além disso, os franceses permitiram que os croatas e os eslovenos utilizassem a sua própria língua. (GLENNY, 2017)

Esse cenário foi o estopim para a construção de um movimento nacional croata, que assumiu o nome “Ilirianismo”. Esse movimento foi a primeira forma de expressão pública de ideais pan-Eslavos e pan-Iugoslavos (remetendo aos Eslavos do Sul). É importante ressaltar que o Ilirianismo não defendia a superioridade Croata sobre as demais partes da comunidade dos eslavos do sul. O termo também acobertava divergências internas entre os croatas, principalmente no que tange à Dalmácia, onde não havia o sentimento de pertencimento à Croácia. Contudo, o absolutismo húngaro ainda era um forte opositor ao crescimento de movimentos nacionais no Império, embora houvesse um desejo austríaco de usá-los como uma ferramenta a ser utilizada contra a administração de Budapeste. (GLENNY, 2017)

Em 1835, o nacionalismo croata iniciava uma oscilação entre dois extremos: o pan-Eslavo (por consequência pró-Sérvia) e o pro-Áustria/anti-Sérvia. O primeiro defendia um território estabelecido entre três “esquinas”: o norte da Albânia, o leste da Bulgária e o sul da Hungria, o que nos dias atuais corresponderia à Bulgária, partes da Áustria, da Itália, da Albânia e tudo que constituía a Iugoslávia até 1991. Por outro lado, a principal classe política presente na Croácia e na Eslovênia tinha como preocupação primária a retomada da influência administrativa e econômica perdida para os proprietários húngaros de terra durante o século XVIII.

Em 1841, os Ilíriacos formaram seu próprio partido político - o Partido Nacional - que, apesar de defender a união dos eslavos do sul, tinha um foco maior na obtenção de autonomia para a Croácia e Eslovênia e a unificação dessas províncias com a Dalmácia. Inicialmente houve uma tentativa de espalhar o pan-Eslavismo entre os sérvios que pertenciam ao Império Austro-Húngaro, obtendo sucesso naqueles que nutriam um revanchismo contra os austríacos. No entanto, enquanto o movimento Ilíriaco estava nascendo, a Sérvia e a Grécia já formulavam seus planos de expansão territorial. (GLENNY, 2017)

Em 1848, em um contexto de instabilidade política e social no Império Austro-Húngaro, oriunda de disputas entre as duas coroas, instaurou-se uma revolução em Viena. Visando manter sua autonomia, o Kaiser Ferdinando V - austríaco -, promoveu um líder croata para uma posição de autoridade dentro de terras húngaras, de modo a provocar um conflito entre húngaros e croatas, interrompendo, então, a revolta em Viena. Porém, essa medida foi insuficiente. Diversos grupos ideológicos começaram a pressionar o governo e reivindicar suas demandas, iniciando uma série de reuniões de massa, entre as quais destacou-se as do corpo estudantil croata, que em sua assembleia de abertura, fizeram um discurso, denominado “Saudações aos nossos Irmãos na Croácia, Eslovênia e Dalmácia”, propondo uma pauta pan-Eslava e anti-Hungria:

“Metade do Império é feito por Eslavos, mas mesmo assim somos apertados e torturados como nenhum outro povo... Os oportunistas dizem que nós já temos liberdade de imprensa e que a Guarda Nacional vai parar de tumultuar. Vocês sabem o que é liberdade sem nacionalidade? Um corpo sem alma. Uma coisa morta Nós queremos viver em liberdade! Vocês não percebem que in Pozsony [onde o parlamento Húngaro reúne-se] eles queriam nos aniquilar em nome daquela liberdade morta, aniquilar-nos em nome do nosso povo, das nossas cores nacionais, da nossa herança nacional e de nossa língua?” (HORVAT, 1989)

A partir disso, houve uma revolta generalizada. O Primeiro Ministro do Parlamento Húngaro tentou depor o líder administrativo croata - indicado por Ferdinando V. Isso gerou uma resposta por parte dos sérvios.

Em 1848, a política de exclusão dos sérvios da região da Voivodina (Império Austro-Húngaro) transformou-se em uma repressão arbitrária. Com isso, os sérvios realizaram uma petição ao governo húngaro demandando o reconhecimento do Sérvio como uma língua oficial, em troca do apoio no conflito contra o governo de Viena. No entanto, tiveram como resposta: “Apenas a espada deve decidir essa questão.” Ao ocorrer a negação da petição, selou-se uma aliança não-acordada entre sérvios e croatas, contra um oponente em comum, a Hungria. (HORVAT. 1989)

Em abril de 1848, uma delegação sérvia em Viena reivindicava a unificação de algumas províncias sérvias à Croácia, Eslovênia e Dalmácia. Juntamente com croatas, tchecos, poloneses e eslovenos, os sérvios tomaram as ruas e, por aclamação popular, o governo de Voivodina sérvio foi proclamado. O discurso de proclamação direcionava para a ideia da Iugoslávia: “Antes de tudo, nós demandamos uma verdadeira e genuína união entre nossos irmãos de mesmo sangue e tribo, os croatas. Vida longa à União! Vida longa ao Reino Trino [referindo-se à Croácia, Eslovênia e Dalmácia]!” (HORVAT, 1989)

A Revolução de 1848, então, transformou-se em uma guerra civil, na qual sérvios e croatas lutavam lado a lado, inflando ainda mais o sentimento nacionalista. A Corte Imperial,

apesar de apoiar os eslavos no conflito, ainda se opunha relutantemente a acatar as demandas desses grupos. Aproveitando-se da fragilidade húngara, os líderes croatas marcharam à Hungria, na expectativa de assegurar sua autonomia, porém a escassez de forças militares fez com que eles fossem derrotados pelas tropas húngaras em setembro desse mesmo ano. (GLENNY, 2017)

A guerra em Vojvodina demonstrou o risco de um estopim da violência quando surgem vácuos de poder em regiões onde grupos nacionais diferentes competem para ocupar posições de autoridade. Isso tem sido a principal causa de guerra nos Balcãs desde o início do século XIX. (GLENNY, 2017)

A rebelião sérvia em Vojvodina desviou a atenção da questão bósnia. Agora que a Sérvia era de fato um Estado, sua prioridade era a garantia da segurança e do bem-estar econômico, com as atividades expansionistas sendo bem calculadas, diferentemente do ocorrido em Vojvodina, onde haviam poucas chances de êxito. No entanto, a rebelião evidenciou que em um contexto de nacionalismo nascente, pequenas comunidades periféricas poderiam exercer uma grande influência, desproporcional ao seu tamanho, na política externa. (GLENNY, 2017)

Os eventos na Croácia em 1848 demonstraram uma fragilidade na sua luta por libertação. O Reino Trino, em virtude da presença da Bósnia e Herzegovina - pertencente ao Império Otomano - cujo território localizava-se em meio a região, tinha uma geografia que atuava como um empecilho à integração das províncias. Para isso, era necessária a inclusão da Bósnia, que era reivindicada pela Sérvia e, concomitantemente, pelos donos de terra muçulmanos. Portanto, considerando que os sérvios avançavam em seu processo de construção do Estado, aos croatas restavam duas opções: cooperar com os sérvios e subordinar-se a eles, ou se opor a eles e iniciar um confronto. (GLENNY, 2017)

2.1.1.3. Guerras Balcânicas

2.1.1.3.1 Guerras Serbo-Turca, Russo-Turca e Congresso de Berlim

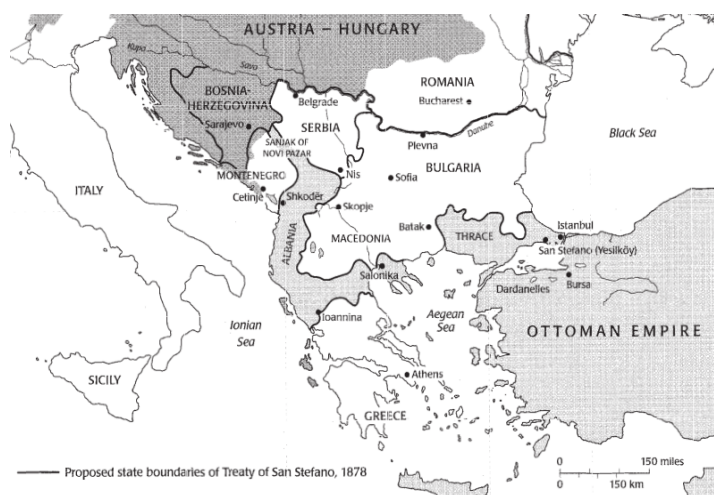
Desde então, a situação nos Balcãs parecia bastante calma na superfície, porém uma análise mais profunda nos permite enxergar que era um cenário completamente instável e perigoso. O estopim ocorreu em julho de 1875, quando as autoridades otomanas aumentaram os impostos sobre os eslavos cristãos, que se recusaram a pagar iniciando uma revolta na Bósnia e Herzegovina. Isso chamou a atenção de grandes potências europeias, especialmente da Rússia e do Império Austro-Húngaro, que tinham incentivos internos no que tangia à

região. O desejo por autodeterminação nacional era o principal problema para aqueles que viviam nos Balcãs, enquanto as questões de impostos e de religião ocupavam posições secundárias. Para os russos, era uma oportunidade de ampliar sua influência na região, já para a Monarquia Habsburgo essa insurreição era uma péssima notícia, devido ao medo dela impulsionar os eslavos em seu próprio território. O contraste entre os interesses era bem evidente, e, dessa divergência, surgiu uma intensa competição e o aumento das tensões. (SHAFER, 1989)

A constante inquietação nos Balcãs sinalizava aos austríacos que o desmanche do Império Otomano era inevitável e, como os turcos não conseguiam lidar com a rebelião, o colapso parecia cada vez mais próximo. Preparando-se para tal momento, os austríacos iniciaram um plano de anexação das províncias da Bósnia e Herzegovina, embora isso fosse trazer um maior número de eslavos para seu domínio. Os objetivos dos austro-húngaros e dos otomanos colidiam crescentemente e, caso não chegassem a um acordo, tal questão poderia assumir proporções imensuráveis. (RUPP, 1941)

Enquanto isso, as tensões continuavam crescendo nos Balcãs, principalmente entre o Império Otomano, Montenegro e Sérvia, uma vez que os sérvios apoiavam a insurreição. Em junho de 1876, um tratado de aliança e uma convenção militar foram assinados entre Sérvia e Montenegro, que previa a cooperação dos dois Estados nos campos diplomático e militar com o objetivo de libertar os cristãos dos Balcãs, e especialmente os sérvios, do jugo turco. (STOJANOVIC, 1939)

Tanto os sérvios quanto os montenegrinos esperavam que esse conflito de libertação fosse se espalhar por toda a região e liberar todos os eslavos. Essa esperança também era compartilhada pelos russos. “A declaração de guerra foi parte do projeto do grande projeto Pan-Eslavo para uma ascensão geral nos Balcãs e foi essencialmente o início extraoficial da guerra russa contra o Império Otomano.” (RUPP, 1941) Contudo, mesmo aqueles apoiadores do pan-eslavismo sabiam que não era esperada uma vitória sérvia contra os otomanos, mas apenas uma resistência de poucos meses, e era esse o tempo em que a Rússia estaria pronta para a guerra. Para os Czar Alexandre II, a Sérvia era a melhor oportunidade para uma vitória eslava, uma vez que constituíam o maior grupo desta etnia do sudeste europeu. (STOJANOVIC, 1939)

Figura 2 - Tratado de São Estêvão

Fonte: The Balkans - Misha Glenny

A Guerra Serbo-Turca de 1876, apesar da derrota eslava, teve uma consequência importante: como, apesar dos esforços sérvios, estes ainda não conseguiram ser vitoriosos, os búlgaros passaram a ser a melhor opção russa, uma vez que, além de uma maior população, havia a vantagem geográfica de maior proximidade com as terras do czar e de maior controle do Mar Negro. Com o apoio russo, a Bulgária se revolta contra os otomanos; porém a tentativa turca de apaziguar as revoltas desencadeou um processo brutal cometido por estes, cujo exército passou a ser mais violento nos conflitos, acontecimentos que ficaram conhecido como “atrocidades búlgaras”. (SHAFER, 1989)

Após o fim do confronto, com a vitória otomana, a pressão popular russa somada aos movimentos pan-eslavos moldaram um sentimento de humilhação ao governo russo, em virtude das derrotas militares e diplomáticas e, a fim de uma “redenção da glória nacional”, iniciou-se a Guerra Russo-Turca. (RUPP, 1941). Após grandes avanços russos sobre os territórios otomanos, assinou-se o Tratado de Santo Estêvão, que reconhecia a independência da Romênia, Sérvia e Montenegro e a autonomia da Bulgária. Contudo, em meio à extensão do poder russo sobre a Península Balcânica, foi proposto o Congresso de Berlim, que, a princípio, limitava-se a tratar do Tratado de Santo Estêvão e da Guerra Russo-Turca. (SHAFER, 1989)

O Congresso de Berlim primeiro atuou na questão territorial da Bulgária em duas partes: uma que permanecia sob o controle político e militar do Império Otomano e outra, que consolidou um Estado independente búlgaro, muito influenciado pelo poder russo. (MEDLICOTT, W. N., 1962) Além disso, cedendo à pressão russa, foi confirmada a independência de fato da Romênia, Sérvia e Montenegro, que se tornaram aliados do Estado

czarista, o que seria um problema em potencial para os austríacos. Em seguida, tratou-se da questão Bósnia-Herzegovina. Com a derrota otomana, já não se tinha esperanças de que o Sultão manteria tais províncias; bastaria decidir se seriam adquiridas pelo Império Austro-Húngaro ou se seriam divididas entre Sérvia e Montenegro, sendo que tanto os turcos quanto os russos se opuseram à primeira opção. (SHAFER, 1989)

Apesar do Governo de Moscou ter defendido a união eslava e de estar satisfeito com as fronteiras estabelecidas no Tratado de São Estêvão, havia uma desconfiança entre os novos Estados balcânicos, principalmente devido ao receio acerca da grande Bulgária que o czar buscava ambiciosamente criar. Com isso, após o Tratado, todas as nações eslavas, à exceção da Bulgária e de Montenegro, procuraram a proteção de potências ocidentais. Os oficiais russos, ao perceberem a movimentação, puseram ênfase em ajudar a causa montenegrina. Contudo, havia o temor de que a região da Bósnia-Herzegovina se tornaria um Estado eslavo independente e seria uma potencial ameaça ao exército Habsburgo. Portanto, a fim de obter a aprovação russa - principal adversária dos austríacos nas negociações -, no que tange à ocupação austríaca da região, Montenegro ganhou algumas concessões no Mar Adriático - atendendo, pois, aos interesses de Moscou - e, assim, permitindo que a Bósnia-Herzegovina fosse colocada sob administração do Império Austro-Húngaro. (SHAFER, 1989)

Figura 3 - Tratado de Berlim



Fonte: The Balkans - Misha Glenny

2.1.1.3.2. Liga dos Balcãs, Primeira e Segunda Guerras dos Balcãs

Em 1910, a Rússia, ao perceber que a Bulgária não tinha interesse em formar uma aliança com os turcos, incentivou a formação de uma aliança anti-Habsburgo entre a Sérvia e

a Bulgária. Contudo, essa aliança poderia significar uma guerra contra o Império Otomano, o que precisamente era o que a Rússia buscava evitar, uma vez que seu exército não estava preparado para um conflito dessa magnitude. No entanto, conforme a Itália obtinha êxito na Guerra Ítalo-Turca, o governo de São Petersburgo alterou sua política e passou a adotar esforços diplomáticos para formar uma grande aliança balcânica, formada por Grécia, Bulgária, Sérvia e Montenegro, visando uma ação militar contra os otomanos. Então, em março de 1912, foi formada a Liga dos Balcãs, transformando a distribuição de poder na península. (GLENNY, 2017)

Enquanto isso, em 1908, ocorria a Revolução Jovem Turca, de viés nacionalista pan-turco, de modo a negar a autonomia e os direitos linguísticos dos albaneses, povo que vivia sob o domínio Otomano, germinando um sentimento separatista entre eles. Isso acarretou um aumento da repressão e, em 1912, estourou uma rebelião albanesa contra o Império, que, apesar da pouca expressividade de suas tropas, havia avançado sobre o exército imperial. Em meio a esse contexto de fragilidade otomana, tanto pela questão italiana quanto pela questão albanesa, a Liga dos Balcãs ingressou no conflito, dando início à Primeira Guerra dos Balcãs. (GLENNY, 2017)

A Primeira Guerra Balcânica iniciou-se em 8 de outubro de 1912, com a declaração de guerra feita por Montenegro contra o Império Otomano, e, em 17 de outubro, este declarou guerra à Liga dos Balcãs. O principal palco da guerra foi a Trácia - região búlgara sob domínio Otomano -, e enquanto as tropas búlgaras e montenegrinas expulsavam o exército imperial, a Sérvia e Grécia atacavam em outras frentes. Em 3 de dezembro do mesmo ano, os otomanos assinaram um armistício com Bulgária, Montenegro e Sérvia; a Grécia continuou suas operações. No momento em que os aliados balcânicos negociavam uma paz final com os otomanos, em Londres, ocorria uma conferência entre as potências europeias para a manutenção de seus interesses. (HALL, 2000)

O Tratado de Londres (1913) determinava que:

“(1) A Turquia cede aos aliados dos Balcãs seus territórios na Europa além de uma linha traçada de Enos, perto da foz do rio Maritza, no Mar Egeu, até Midia, no Mar Negro. (2) O status e as fronteiras da Albânia deveriam ser fixados pelas grandes potências. (...)”

Figura 4 - Mapa pós Guerra dos Balcãs



Fonte: Enciclopédia Britânica

Contudo, durante a Primeira Guerra Balcânica, enquanto os búlgaros lutavam contra a maior parte do exército otomano na Trácia, os sérvios tinham ocupado a maior parte da Macedônia, como compensação por terem perdido o acesso à costa albanesa. Os gregos nunca haviam concordado com qualquer ocupação da Macedônia e também indicaram que manteriam as áreas macedônias que haviam ocupado. Em meio a isso, os búlgaros permaneceram determinados a obter esta área. Em 30 de junho de 1913, soldados búlgaros iniciaram ataques locais contra gregos e sérvios posicionados na Macedônia, iniciando uma guerra generalizada: a Segunda Guerra dos Balcãs. (HALL, 2000)

As contra-ofensivas gregas e sérvias empurraram a fronteira búlgara de volta à posição anterior à Primeira Guerra Balcânica e quando o exército búlgaro começou a estabilizar a situação, os romenos - buscando acesso ao Mar Negro - e otomanos - buscando reconquistar alguns territórios - invadiram a Bulgária. (HALL, 2000) Sob essas circunstâncias, a Bulgária solicitou um armistício, resultando no Tratado de Bucareste (1913), assinado em 10 de agosto, no qual foi estabelecido que os territórios búlgaros da Macedônia seriam cedidos à Sérvia e

Grécia, e outros territórios ao sul seriam cedidos à Romênia. Além disso, o Tratado de Constantinopla (1913) cedeu algumas províncias da Tárzia ao Império Otomano.

2.1.1.3.3. Crise Bósnia

A decisão do Congresso de Berlim acerca da Bósnia perturbou um delicado equilíbrio na região, envolvendo sérvios, croatas e bósnios muçulmanos. A autoridade administrativa concedida ao Império Austro-Húngaro inflamou sua rivalidade com os sérvios, que reivindicavam que o território pertenceria à Sérvia. (GLENNY, 2017) Além disso, cabe salientar que, após as revoltas de 1848 - nas quais sérvios e croatas lutaram lado a lado -, as nações seguiram caminhos distintos: a Sérvia, ao ser declarada um Estado independente, estava convencida de que deveria ser a líder do processo de unificação dos Iugoslavos; os croatas acreditavam que deveriam estabelecer seu próprio Estado, contendo Croácia, Eslovênia, Dalmácia e Bósnia-Herzegovina. Portanto, dois projetos expansionistas estariam competindo entre si por território, sobretudo, pela Bósnia-Herzegovina. (DŽAJA, 1994)

Até 1878, os muçulmanos compunham o grupo dominante na Bósnia-Herzegovina, controlando a economia e a administração das províncias. Quando foi anunciada a medida decidida pelo Congresso de Berlim, essa classe temia não somente a perda do poder, mas principalmente o desaparecimento de sua cultura. Durante a década de 1890, um conflito de ideias estourou na Bósnia entre propagadores da Grande Sérvia e da Grande Croácia, porém, nenhum dos grupos havia conseguido o apoio dos muçulmanos, que por sua vez, tinham seu próprio projeto de autonomia, que inclusive resultou na criação do primeiro partido bósnio em 1906: a Organização Nacional Islâmica. Contudo, surgiram divergências internas no partido, de modo a enfraquecer o movimento, o que os levou a abraçar o Iugoslavismo e, em alguns casos, até os nacionalismos croata e sévio. (GLENNY, 2017)

A Revolução dos Jovens Turcos, em 1908, agitou esse delicado cenário ao defender uma reforma constitucional otomana e um nacionalismo pan-turco. Temendo que a revolução estimulasse os muçulmanos bósnios a reivindicarem a Bósnia-Herzegovina, o Império Austro-Húngaro passou a encorajar a total independência da Bulgária, inclusive da região dominada pelos otomanos. O objetivo era promover uma violação do Congresso de Berlim, desviando a atenção das potências europeias, para que então, os austríacos anexassem a região da Bósnia. (GLENNY, 2017)

Nos seis meses que seguiram a anexação austríaca da Bósnia, a ameaça de uma guerra pairava sobre a Europa. O governo sérvio primeiro requisitou que os Estados signatários do Tratado de Berlim rescindissem a anexação; “se, no entanto, isso não for considerado

possível, então o Governo Real, apelando para os justos sentimentos dos Poderes Signatários do Tratado de Berlim, exige que a Sérvia receba uma compensação apropriada”. (LONČAREVIĆ, 1929) Contudo, os sérvios logo perceberam que não contariam com o apoio russo nesse embate e, portanto, tiveram que retroceder nas negociações. (GLENNY, 2017)

Esse processo, apesar de ter incendiado uma febre nacionalista na Sérvia, foi indiferente à população bósnia, que o aceitou pacificamente. Além disso, entre os mais fortes apoiadores da anexação, estava a elite cada vez mais influente de comerciantes sérvios nas cidades, especialmente em Sarajevo; inclusive, a Igreja Ortodoxa Sérvia em Sarajevo celebrou um evento de aclamação ao imperador austro-húngaro; porém, alguns jovens bósnios se recusaram a ajoelhar perante o Imperador Francisco José I, marcando o primeiro protesto público da Juventude Bósnia. (GLENNY, 2017) Esse movimento, após Primeira Guerra Balcânica, uniu-se à Unificação ou Morte, também conhecida como Mão Negra, uma organização nacionalista sérvia dedicada ao pan-eslavismo, que recorria ao terrorismo como forma de atividade política. (VUCINICH, 2006)

Em 1914, o Imperador Francisco José I encarregou seu sobrinho, o Arquiduque Francisco Ferdinando, fosse à Bósnia assistir às manobras militares que ocorriam na região; após a inspeção, o arquiduque planejava visitar Sarajevo com sua esposa. (DEDIJER, 1966) Em 28 de junho, durante a visita, membros da Juventude Bósnia e da Mão Negra assassinaram Francisco Ferdinando, levando ao estopim tensões nos Balcãs. O Império Austro-Húngaro reagiu com ações diplomáticas contra a Sérvia, exigindo a abdicação de sua autonomia, a qual, após certificar-se de que teria apoio russo, mobilizou seu exército, rejeitando as proposições de Viena. (GLENNY, 2017) Com isso, o Império Austro-Húngaro rompeu relações diplomáticas e declarou guerra à Sérvia. Com isso, devido a tratados previamente acordados entre as grandes potências, Alemanha e Itália apoiaram os austríacos; Rússia - e posteriormente, França e Reino Unido - defenderam os sérvios. Assim, iniciava a Primeira Guerra Mundial. (ALBERTINI, 1953)

2.2. Período Monárquico

2.2.1 Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos

Com o início da Primeira Guerra Mundial, a Sérvia teve a oportunidade de finalmente colocar em prática seu plano de unificação. No final de 1914, o Reino da Sérvia, e então, a Assembleia Popular de Nis adotou a declaração dos objetivos sérvios na guerra:

“Conveniente na determinação da nação sérvia enire de persistir na santa luta pela defesa de seu lar e liberdade, o Governo do Reino da Sérvia considera que, nesta hora de decisão, seu principal e único dever é garantir um resultado bem-sucedido da

guerra que se tornou, desde o início, também uma luta pela libertação e união de todos os nossos irmãos oprimidos, sérvios, croatas e eslovenos. Os triunfos que devem coroar esta guerra compensarão totalmente os sacrifícios sangrentos que as gerações da Sérvia de hoje sustentam.” (Declaração de Nis, 1914)

A Declaração de Nis igualou a luta Sérvia por independência à libertação e unificação de todos os sérvios, croatas e eslovenos. Na iniciativa do Reino Sérvio, em 1915, foi estabelecido o Comitê Iugoslavo, como um segundo pilar da ideia do Estado comum. Embora ambos os órgãos estivessem dedicados a uma mesma causa, havia diversas discordâncias entre eles, principalmente no que tangia à organização do novo Estado. O Reino da Sérvia objetivava um Estado centralizado e unificado garantido sob o domínio sérvio; os croatas, por sua vez, buscavam uma federação, na qual se estabeleceria primeiro um Estado Croata e, depois este se aliaria aos sérvios, advogando pelo direito de Estado e de identidade nacional. (PEROVIĆ, 2015)

Em outubro de 1918, foi formado o Comitê Popular de Eslovenos, Croatas e Sérvios (que viviam em outras regiões dos Balcãs, e não os residentes do Reino Sérvio), visando assumir o controle da situação em meio a um contexto de desintegração do Império Austro-Húngaro. O comitê defendia a unificação de sérvios, croatas e eslovenos e providenciou uma assembleia para definir o regime do governo: se seria uma república ou uma monarquia; enquanto isso, havia dois governos em interregno: o Reino da Sérvia e o Conselho Nacional dos Eslovenos, Croatas e Sérvios. (PEROVIĆ, 2015)

Em novembro de 1918, ocorreram negociações entre o Conselho Nacional e o Reino da Sérvia com o propósito de chegarem a um acordo sobre o Estado Iugoslavo. O Príncipe Regente da Sérvia tinha o desejo de expandir o território sérvio através da unificação o mais rápido possível e, com isso, proclamou a “unificação do Reino da Sérvia, dos sérvios independentes do Estado sérvio, croatas e eslovenos no Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos”. (PETRANOVIĆ, 1985) A maneira como o estabelecimento do novo Estado foi decidido não apenas predeterminou a relação entre as nações iugoslavas, mas também predeterminou a natureza de seu regime. O Estado criado era mais do que apenas uma Sérvia estendida, era uma monarquia autoritária - o absolutismo era espelhado no centralismo, a nível de Estado, e no iugoslavismo integrativo a nível nacional. (PEROVIĆ, 2015)

Até a Conferência de Paz de Paris (1919), tudo era provisório: a substância do Estado - se seria uma ampliação do Reino Sérvio, ou de fato um novo -, o seu nome, o conflito entre centralistas e federalistas e as fronteiras - especialmente com a Itália e com a Hungria. (PEROVIĆ, 2015) Finalmente, em 18 de junho de 1919, o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos foi reconhecido perante o Tratado de Versalhes (1919).

O Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos foi marcado por uma extrema heterogeneidade. Além das diferenças étnicas e religiosas, ainda existiam cicatrizes de conflitos anteriores nos quais eles haviam lutado em lados opostos, o que gerou medo de uma possível anarquia. Em resposta a esse temor, o centralismo e o absolutismo emergiram como uma alternativa. Em meio a esse cenário, foi promovida uma Assembleia Constituinte, visando apaziguar a situação. (PEROVIĆ, 2015)

2.2.2. *Reino da Iugoslávia*

Apesar de inspirada em outras constituições democráticas liberais, o seu resultado foi o oposto desses princípios. Isso ocorreu em virtude de um jogo político realizado pelo rei sérvio Alexandre I, que se articulou com radicais e democratas sérvios para alterar a forma de votação - de maioria qualificada para maioria simples -, de modo a ser aprovada uma Carta Magna de viés centralista e autoritário. A Constituição do Dia de São Guido, promulgada em 1921, definiu que o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos seria uma monarquia constitucional, parlamentar e hereditária, na qual o monarca teria o direito de: convocar e dissolver o parlamento; escolher o primeiro ministro; sancionar leis e comandar as Forças Armadas. (PEROVIĆ, 2015) Na prática, “a posição do rei na ordem constitucional e a sua superioridade sobre os fatores constitucionais promoveram a concentração de poder em suas mãos uma vez que os demais ‘tomadores de decisão’ estavam privados de seus direitos”. (PETRANOVIĆ, 1985)

A Constituição, em vez de apaziguar o sentimento de instabilidade no Reino, potencializou manifestações e protestos. As tensões não foram oriundas somente do centralismo do regime, mas também da falta de tradição parlamentar; não havia preparo para o diálogo, discussões e acordos. Com isso, surgiram movimentos nacionalistas e paramilitares que atuavam por meio de violência política: o parlamentarismo estava comprometido.

O ápice desse processo ocorreu em 20 de junho de 1928, quando a Assembleia Popular tornou-se uma cena de derramamento de sangue. Durante a sessão, um parlamentar do Partido Radical Sérvio atirou em representantes croatas, os quais, uma semana antes, tinham assinado uma resolução pedindo o anulamento do sistema político vigente e o estabelecimento de uma igualdade entre as singularidades do Reino. (PEROVIĆ, 2015)

Com o assassinato de líderes croatas, a tensão entre eles e os sérvios atingiu seu ápice. A violência passou a ser o ultimato, substituindo o diálogo e os acordos. Além do choque provocado pelo acontecimento, houve a perda de confiança e o surgimento de dúvidas acerca da sustentabilidade de um governo Serbo-Croata como um Estado moderno e democrático.

Como consequência desse conflito na Assembleia Popular, foi instaurada pelo rei a Ditadura de 6 de Janeiro. (PEROVIĆ, 2015)

Para o Rei Alexandre I, em vez de fortalecer o espírito de confiança, de união e de unidade do estado, o parlamentarismo, da forma que é, começou a liderar um processo de desintegração do estado e de dissociação entre as pessoas. “Nós devemos procurar novos métodos e abrir novas avenidas.” (ALEXANDRE I, 1929) Dizendo isso, o rei referiu-se ao seu ‘dever sagrado’ de manter a união popular e do estado como um todo. A ditadura impôs novas restrições para o país que já tinha uma vida política subdesenvolvida. Todos os partidos e associações com insígnias foram banidas; em outubro de 1929, o Estado passou a ser chamado de Reino da Iugoslávia; a imprensa foi colocada sob um forte controle; políticos liberais foram presos; comunistas foram sentenciados à morte. Contudo, o regime de 6 de Janeiro não trouxe paz nem estabilidade, mas sim, abriu novos fronts de crise. O Reino encarava as consequências da Grande Depressão global: a pobreza social e econômica refletia-se em mais de quatrocentas mil pessoas abaixo da linha da fome. (PEROVIĆ, 2015)

O Rei Alexandre I, em meio ao cenário caótico vivido na Iugoslávia, tentava proteger o seu absolutismo por meio de medidas despóticas, porém a situação escapara de seu controle. Em novembro de 1932, foram divulgados os Pontos de Zagreb, um documento reivindicava o fim da predominância de uma nação sobre a outra, de modo a repercutir não apenas na Croácia, mas em Vojvodina, Eslovênia e na Bósnia, comprovando o colapso da ideologia de um “iugoslavismo integral”. Somado a isso, ideias separatistas fortaleceram-se na Croácia, Macedônia, Montenegro e Kosovo. Em 1933 a Organização Revolucionária Croata declarou uma Constituição própria, defendendo um Estado croata independente. Finalmente, em outubro de 1934, o Rei Alexandre I da Iugoslávia foi assassinado em Marselha, por separatistas croatas e macedônios. (PEROVIĆ, 2015)

2.2.3. Regência e Segunda Guerra Mundial

Uma vez que o filho de Alexandre I não tinha a idade necessária para assumir o trono, seu primo, Príncipe Paulo Karadorđević tornou-se o regente do Reino da Iugoslávia. O Príncipe Paulo possuía uma mentalidade mais moderna quando comparada a Alexandre I; as ideias de um governo centralista e de um iugoslavismo integral já não condiziam mais com a realidade. Além disso, com a ascensão nazista na Alemanha, o cenário havia se modificado: com a assistência alemã na independência da Eslováquia, o príncipe temia que o movimento influenciasse os croatas, que já tinham um forte movimento nacional. Com isso, foi realizado um acordo com o líder político croata, concedendo uma administração autônoma, sediada em

Zagreb, dentro da Iugoslávia. No entanto, esse tratado provocou uma reação em cascata: sérvios, eslovenos e bósnios muçulmanos passaram a reivindicar a mesma autonomia para eles; inclusive, existindo um plano de formar um governo dos “territórios sérvios” na Bósnia, Montenegro e Macedônia, aproximando-se da noção histórica da Grande Sérvia. (PEROVIĆ, 2015)

A política externa do reino, durante o governo alexandrino, era de neutralidade acerca das movimentações que antecederam a Segunda Guerra Mundial. Príncipe Paulo, por sua vez, colocou fim a essa posição, apoiando a Alemanha Nazista, acreditando que esta o protegeria no conflito - assinando, pois, em 25 de março de 1914, o Pacto Tripartite. Contudo, no mesmo dia, revoltas eclodiram por Belgrado e espalharam-se por toda a Sérvia. Por trás desses movimentos, havia comunistas e ativistas anti-fascistas; enquanto as massas populares organizavam grandes protestos, bradando: “Abaixo o governo, vida longa à aliança soviética! Melhor o túmulo que a escravidão! Melhor a guerra que o pacto!” (PETRANOVIĆ, 1985)

Na noite de 26 de março de 1941, os generais das Forças Aéreas Borivoje Mirković e Dušan Simović realizaram um golpe de Estado, proclamando o filho de Alexandre I - Pedro II - como apto a assumir o trono, embora ainda não tivesse a idade necessária, e, com isso, Simović tornou-se Primeiro Ministro, tendo como primeira medida o apoio aos Aliados. A resposta alemã veio rapidamente: em 6 de abril de 1941, o bombardeio em Belgrado marcou o início do ataque ao Reino da Iugoslávia. Onze dias após o primeiro ataque, o exército iugoslavo capitulou, a Família Real exilou-se, e o Reino da Iugoslávia deixou de existir. (PEROVIĆ, 2015)

2.3. Resistência Iugoslava

O que uma vez tinha sido um único país agora estava partido em pelo menos nove unidades, controladas pelas forças do Eixo. Na Croácia, um grupo nacionalista radical - aliado às forças fascistas italianas -, a Ustaše, assumiu o poder, formando o Estado Independente da Croácia (*Nezavisna država Hrvatska - NDH*), o qual incluía toda a Croácia, Eslovênia e Bósnia-Herzegovina, porém sendo dividido entre zonas militares italianas e alemãs; a Eslovênia foi dividida em duas unidades, também sob controle do Eixo; Montenegro perdeu parte do seu território para Albânia e se tornou uma província ‘independente’ sob o domínio italiano; Os albaneses, com o apoio italiano, anexaram parte de Kosovo e da Macedônia; os húngaros anexaram Vojvodina; e os búlgaros conquistaram a Macedônia e o sul da Sérvia, que por sua vez ficou sob domínio alemão direto. (GLENNY, 2017)

A governança foi substituída por um estado de terror em uma escala aterrorizante. A Ustaše tornou seu território em um grande presídio. Os alemães em Belgrado eliminaram judeus, ciganos e ‘subversivos’; enquanto os búlgaros torturavam suspeitos simpatizantes sérvios e penduravam seus corpos mutilados nos postes. A onda de violência teve como resposta o surgimento de pólos de resistência, organizados principalmente pelo Partido Comunista Iugoslavo (*Komunistička Partija Jugoslavije* - KPJ), sob a liderança de Josip Broz Tito. O seu objetivo era ativar uma rede disciplinada de membros do KPJ e desenvolver estratégias de guerrilha. Esses homens e mulheres foram os primeiros *Partisans*. (GLENNY, 2017)

O terror promovido pela Ustaše contra as vilas sérvias da Croácia e da Bósnia-Herzegovina, levou os sérvios a aliarem-se aos *Partisans* e aos Chetniks, grupo monarquista radical sérvio. Além disso, um número significativo de sérvios e croatas judeus também aderiu aos *Partisans*. À medida que os dominadores aumentavam o grau de repressão, mais forte o KJP ficava; a resistência era apenas a primeira parte do projeto dos *Partisans*, a segunda, era a preparação para uma revolução socialista. (GLENNY, 2017)

Contudo, a situação tomou novos rumos após quebras de alianças entre grupos de resistência. Inicialmente, os *Partisans* e os Chetniks, apesar de terem princípios e ideais divergentes, lutavam em conjunto contra as forças do Eixo, obtendo sucesso em recuperar largos territórios iugoslavos. No entanto, em uma contra-ofensiva alemã no território sérvio, a aliança foi perdida e se formou um sentimento de hostilidade entre os grupos; inclusive, o líder Chetnik Declarou que os *Partisans* agora seriam seus inimigos principais. (BAILEY, 1980)

Enquanto isso, o Estado Independente Croata, nos territórios bósnios, colocavam em prática seus projetos supremacistas croatas. Pavelić, o líder do NDH, adotou a teoria nacionalista de que os muçulmanos bósnios seriam ‘croatas de fé islâmica’, irmãos na luta contra os sérvios. Inicialmente, foi realizada a execução de importantes sérvios na Bósnia. Em seguida, a fim de ‘resolver’ a questão sérvia, determinou-se que: um terço dos sérvios deveriam ser exilados; um terço, convertido do ortodoxismo para o catolicismo; e um terço, executado. Além disso, houve o direcionamento a grupos-alvo de partidos fascistas, como judeus, ciganos, homossexuais e oponentes políticos da Ustaše, fazendo uso, inclusive, de campos de concentração. (GLENNY, 2017) Em resposta ao NDH, os Chetniks passaram a realizar extermínios sistemáticos de muçulmanos e croatas nos territórios conquistados por esses sérvios ultra-nacionalistas. (HOARE, 2006)

A partir de 1943, as forças *Partisans*, com o apoio dos Aliados - principalmente da U.R.S.S. -, voltaram a obter êxito em suas campanhas de guerrilha, não apenas expulsando os exércitos do Eixo, mas também libertando os indivíduos dos campos de concentração e da repressão exercida pelo NDH. O objetivo do KPJ, além da libertação, incluía o estabelecimento de uma nova ordem socialista, na qual a busca pela sua autoridade não seria por meio de um Exército Vermelho, mas sim por meio da luta contra os ocupantes. A liderança da nova Iugoslávia foi determinada formalmente por meio de concessões em acordos realizados com o primeiro-ministro iugoslavo - em exílio com a Família Real -, a partir dos quais Josip Broz Tito foi proclamado Primeiro Ministro da Iugoslávia. (LEES, 1990)

2.4. Período Titoista (1945-1980)

2.4.1. Constituição de 1946

Em 11 de novembro de 1945, foram realizadas eleições apenas com membros do KPJ e, em novembro, o Rei Pedro II foi deposto pela Assembleia Constituinte da Iugoslávia, sendo, pois, declarada a República Federativa da Iugoslávia. (JESSUP, 1989)

Em 31 de janeiro de 1946, foi promulgada uma nova constituição, inspirada na constituição soviética, e o Estado passou a ser chamado de República Federativa Popular da Iugoslávia. A Constituição, por sua vez, definiu a união de seis estados federativos: República Popular da Sérvia, República Popular da Croácia, República Popular da Eslovênia, República Popular da Bósnia e Herzegovina, República Popular da Macedônia e República Popular de Montenegro; além disso, também foram criadas duas unidades autônomas dentro da República Popular da Sérvia: a Província Autônoma da Vojvodina e a Região Autônoma de Kosovo e Metohija. Essa divisão da jurisdição entre Estado Federativo e estados federados, com distribuição de poder baseada no centralismo democrático, de modo a fazer a Constituição ser considerada 'liberal' por Tito. (IUGOSLÁVIA, 1946)

Ademais, a igualdade entre todos os cidadãos e grupos foi proclamada e garantida, porém nenhuma nacionalidade ou etnia foi mencionada explicitamente no texto constitucional. Como consequência dessa igualdade, nenhum idioma oficial foi definido. (IUGOSLÁVIA, 1946)

2.4.2. Reconstrução e socialismo (1945-1960)

Após a Segunda Guerra Mundial, era evidente o grande desgaste econômico em escala global. Na República Federativa Popular da Iugoslávia, os primeiros passos adotados na

reconstrução foram a nacionalização de empresas e a realização de uma reforma agrária. No aspecto econômico, foi estabelecido um regime centralizado e baseado em diretrizes administrativas para a alocação de recursos, logo, semelhante ao modelo stanilista. (GOMES, 2019)

No entanto, mudanças na política externa alteraram os rumos adotados pelo regime. No final da década de 1940, a União Soviética buscava ampliar sua influência sobre os demais países, assim como fizeram no Leste Europeu - com os 'países satélites' da URSS -, e, com isso, buscavam interferir nos assuntos internos da Iugoslávia. Contudo, o KPJ rejeitou a subordinação aos soviéticos, uma vez que a libertação do país foi fruto da resistência de seus próprios movimentos sociais, e não do apoio militar direto estrangeiro. Além disso, o governo de Moscou se opôs ao desejo de Tito de anexar a Albânia e de se envolver na Guerra Civil da Grécia. Como consequência dessa tensão, em 1948, a União Soviética expulsou os iugoslavos do Kominform - uma organização fundada por Joseph Stalin e por partidos comunistas europeus, que visava a coordenação de ações sob a direção da URSS. (STAAR, 1971)

A expulsão da Iugoslávia do Kominform provocou um isolamento político e econômico do governo de Tito no leste da Europa. Com isso, a solução foi a busca de ajuda do Ocidente para seus planos de reconstrução pós-guerra, o que era vantajoso para os capitalistas, uma vez que apoiar um país socialista dissidente do regime soviético fomentaria disputas no bloco socialista. Em meio a esse cenário, Tito optou por uma política de não-alinhamento com o bloco socialista e com o bloco capitalismo, de modo a obter vantagens comerciais com ambos. (GOMES, 2019)

No que tange às medidas internas, a Iugoslávia abandonou o modelo stanilista, adotando uma descentralização das decisões políticas, embora o poder político continuasse centralizado no KPJ - o qual, em 1952, alterou seu nome para Liga dos Comunistas -, com a formação de comunas, as quais organizavam o poder político local, evitando que rivalidades regionais fossem estimuladas em virtude da presença de um governo centralizador. (GOMES, 2019)

Além disso, no que diz respeito ao sistema econômico, houve a adoção de um regime pautado na autogestão de firmas pelos próprios trabalhadores. Os meios de produção nacionalizados foram dispostos pelos próprios trabalhadores por intermédio de cooperativas, as Organizações Básicas de Trabalho Associado. É importante destacar que até 1951, os salários eram determinados pelo governo central. A partir de 1958, o sistema salarial foi extinto e o salário passou a depender das empresas. Com o novo regime econômico, os investimentos deixaram de ser responsabilidade apenas do Estado, mas também dessas

cooperativas, que dispunham de recursos advindos do governo e de suas próprias capacidades de acumulação. (GOMES, 2019)

A Iugoslávia ocupava uma posição particular entre os demais países socialistas tradicionais, uma vez que, em vez de existir um sistema de planificação centralizado, as principais decisões econômicas estavam sob responsabilidade direta das firmas. “Por um lado, a planificação econômica era um misto de medidas administrativas obrigatórias e de planificação indicativa através de instrumentos mercantis, de modo tal que as firmas estavam tanto sujeitas à regulação através do mercado, como ao planejamento *a priori*.” (GOMES, 2019)

O setor agrícola foi um outro tópico importante na transição ao socialismo na Iugoslávia. A reforma agrária de 1945 tinha a intenção de fomentar a criação de cooperativas e fazendas estatais no campo, semelhante ao modelo soviético, em que havia a entrega compulsória da produção e gravames elevados aos seus ganhos privados. Contudo, no contexto de distanciamento do governo stalinista tradicional, em 1951, foi iniciada uma nova política agrícola, na qual as cooperativas seriam independentes do Estado e seriam administradas pelos próprios trabalhadores, cuja remuneração seria por trabalho realizado, resultando em uma grande ‘fuga em direção à economia privada’, de modo a reduzir a presença estatal no campo. (GOMES, 2019) Isso pode ser evidenciado pela redução de cooperativas estatais de 7.012, em 1951, para 688 em 1955. (MILLER, 1989) É, portanto, importante destacar que, o sistema único de socialismo iugoslavo promoveu um dos mais rápidos crescimentos econômicos, aproximando-se da taxa da Coreia do Sul e de outros ‘milagres econômicos’ ocorridos em outros países. (BATEN, 2016)

Com a morte de Stalin, ocorreram mudanças importantes na Iugoslávia, principalmente com o reatamento das relações diplomáticas com a URSS, em 1955, liderado por Tito e Krushev. No entanto, ainda assim, houve a manutenção da política de não-alinhamento, a qual possibilitava a manutenção de relações comerciais e diplomáticas com ambos os blocos no período inicial da Guerra Fria. (RAJAK, 2010)

2.4.3. República Socialista Federativa da Iugoslávia

Em 1963, foi proclamada uma nova Constituição, a qual, além de alterar o nome do Estado para República Socialista Federativa da Iugoslávia, estabeleceu o Conselho das Nacionalidades, uma divisão do Poder Legislativo na qual cada uma das repúblicas e províncias autônomas tinha poder igualitário; enquanto Tito manteve-se absoluto como chefe do Executivo. (GLENNY, 2017)

Contudo, após o grande crescimento econômico na década de 1950 e início da década de 1960, houve um período de forte recessão, devido a desequilíbrios macroeconômicos oriundos da política de autogestão. Isso ocorreu devido à ausência de uma coordenação dos ramos na economia, fazendo com que as cooperativas confrontam-se como antagonistas em busca de seus próprios interesses, e não como partes de uma divisão de trabalho nacional, preocupada em suprir as necessidades de cada região do país. (GOMES, 2019) Visando reverter esse cenário, ocorreu uma reforma econômica em 1965, a qual resultou no abandono definitivo da planificação centralizada diretiva e o aumento da liberdade das empresas. (BICANIC, 1976)

No entanto, as reformas não conseguiram alterar a crise econômica iugoslava, havendo, pois, a permanência do desemprego e o aumento da desigualdade social - visto que se iniciou um desequilíbrio nas relações dentro das organizações de trabalho, surgindo uma forte elite -, de modo a culminar em protestos populares e greves em 1968. Além disso, as elites da República Socialista da Croácia e da República Socialista da Eslovênia passaram a demandar maior autonomia perante o governo central, a fim de reter os recursos advindos do exterior em suas próprias regiões. Na Croácia, particularmente, as tensões entre os croatas e o governo central potencializaram-se rapidamente e culminaram na Primavera Croata, em 1971. (GOMES, 2019)

A Primavera Croata, além de ter origens na crise econômica, também continha certo viés nacionalista, uma vez que se acreditava que, apesar da igualdade garantida no Conselho das Nacionalidades, ainda havia uma maior dominância sérvia no país. Contudo, o movimento foi duramente reprimido pelas forças do governo central, resultando em um expurgo de seus líderes e na prisão de centenas de pessoas. (GLENNY, 2017)

Além disso, no início da década de 1970, com o choque do petróleo, em 1973, a crise econômica da Iugoslávia foi intensamente agravada, provocando um aumento exponencial do endividamento externo - cerca de 900% no período de 1969 a 1982 - e o disparo do desemprego. Em 1974, foi proclamada uma nova Constituição, a qual forneceu mais poder e autonomia para as repúblicas e, inclusive, para as províncias autônomas, de modo a buscar apaziguar possíveis conflitos de interesses entre as elites regionais. No entanto, esse aumento de autoridade dado às províncias de Kosovo e da Vojvodina, localizadas na Sérvia, provocou certo desconforto nos sérvios. (GOMES, 2019) Além disso, o autor Steven Burg comenta sobre os plurais aspectos dessa mudança administrativa:

“As reformas políticas adotadas durante o início da década de 1970 transferiram uma quantidade enorme de poder para as lideranças regionais. Elas criaram um processo de tomada de decisão federal que requer um consenso inter-regional para a adoção das decisões mais importantes, desse modo concedendo um veto efetivo sobre a política federal para cada uma das Repúblicas e províncias. Ao mesmo tempo, contudo, os interesses políticos e econômicos das regiões continuaram a divergir. As mais desenvolvidas Repúblicas setentrionais continuaram a desfrutar de um padrão de vida mais alto (...). Nas regiões subdesenvolvidas meridionais, as dívidas externas atingiram níveis que excederam significativamente as capacidades de gerar lucro das economias locais, projetos mal escolhidos e custosos consumiram proporções relevantes dos fundos de desenvolvimento e contribuíram para rácios capital-produtos menores, e o padrão de vida declinou (...).” (BURG, 1986, p. 176)

Em 4 de maio de 1980, Josip Broz Tito faleceu em virtude de uma infecção generalizada, de modo a promover a potencialização do cenário de instabilidade que estava escondido sob o forte carisma de sua figura. (GLENNY, 2017)

2.5. Iugoslávia após-Tito

O período titoísta ficou marcado por ampla identidade iugoslava e separação política da União Soviética (ruptura com Stalin devido a diferença em crenças de como os objetivos comunistas devem ser alcançados em cada país). Após sua morte, a unidade política da Iugoslávia se manteve por pouco tempo, já que logo após 1980 os nacionalismos eslavos se reacenderam. (BANAC, 2022)

Em 1974, quando Tito ainda estava vivo, uma nova forma de governo foi implantada na Iugoslávia: representantes de cada uma das repúblicas e regiões situadas no país ocupariam o poder Executivo iugoslavo por um ano, rotativamente. Dessa maneira, buscava garantir uma igualdade entre as federações e manter a unidade da Iugoslávia. Com a morte do líder essa forma de governo se mostrou improdutiva, os diferentes governantes não conseguiam fazer muita coisa em tão pouco tempo de mandato. Com as crescentes tensões internas, o poder central foi perdendo importância ao mesmo tempo em que cresciam os poderes regionais e seus desejos de liberdade. (BANAC, 2022)

A economia, que havia passado por um período de crescimento com Tito, entrou em crise. Em 1980, a inflação era de 40% ao ano. O Fundo de Solidariedade, órgão criado com a intenção das regiões mais ricas dentre as províncias ajudarem as demais, acentuou ainda mais a situação de descompasso entre as regiões. O Norte balcânico, historicamente mais produtivo do que Sul via essa situação como uma injustiça visto que acabavam subsidiando províncias que não os representavam. Nesse sentido, as nações mais ricas utilizaram-se disso como promotor da busca por independência nacional. (BANAC, 2022)

Os problemas internos que aconteciam no país se agravaram quando o próprio modelo socialista começou a desmoronar. Ainda somando com a Glasnost, política de transparência

proposta pelo líder da União Soviética na época Mikhail Gorbachev. A Glasnost fez com que vários países do Leste Europeu que viviam em regimes socialistas lutassem por maior autonomia política, sendo a Iugoslávia um deles. O triste final de Tito foi que o legado que ele construiu durante sua vida inteira foi arruinado por condições criadas pelas suas próprias decisões. (BANAC, 2022)

3. Questões de identidade nacional na Península Balcânica

Nacionalismo é definido no dicionário de Oxford como o sentimento de pertencer a um grupo de vínculos raciais, linguísticos e históricos que reivindicam o direito de formar uma nação autônoma. A Península Balcânica é localizada na região sudeste da Europa que engloba áreas da Croácia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia, Kosovo, Sérvia, Romênia, Montenegro, Bulgária, Croácia, Grécia e Eslovênia. Porém apenas 6 desses países fizeram parte da antiga Iugoslávia.

Após a morte de Tito, a unificada Iugoslávia, obra de seu governo, foi às ruínas. Os conflitos da área foram extremamente violentos, com tentativas de limpezas étnicas. Após anos do final da Segunda Guerra, repórteres e intelectuais viram uma repetição de momentos históricos, com campos de concentração pavorosos e relatos cruéis. A Sérvia, país de Tito, assumiu como seu dever tomar o poder, deixando os outros países insatisfeitos. Assim começou as instabilidades com questões nacionais dentro da Iugoslávia, o que acarretaria o final da mesma. Guerras entre várias áreas dentro do país unificado causaram o enfraquecimento da Sérvia e eventualmente a separação gradual de tais países.

3.1. Sérvios

A Sérvia tem como principal questão de sua identidade nacional a religiosidade, atrelada ao Cristianismo Ortodoxo, à língua e à sua origem histórica medieval. Além disso, a identidade nacional sérvia está fortemente ligada ao processo de união de todos os indivíduos considerados sérvios. Esse modelo de compreensão da questão identitária foi a base do projeto político da Grande Sérvia (discutido na seção 2.1.1.1.), que visava a união política dos sérvios pertencentes a outros Estados sob um mesmo Estado-nação Sérvio. (JUDAH, 2008)

Sob o contexto da criação de um Estado Iugoslavo, o projeto político sérvio buscava usar esse novo governo como um veículo de dominação e de expansão do Estado Sérvio, promovendo, pois, a desejada união dos sérvios espalhados pelos demais territórios da Península Balcânica (discutido na seção 2.2.1.). Em meio ao período da Primeira Guerra Mundial, o objetivo sérvio era de integração da Bósnia e Herzegovina, da Croácia e da

Vojvodina - a qual se encontrava sob domínio austro-húngaro -, promovendo o ideal da unificação dos eslavos do sul. Como consequência desse processo, houve a formação do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, com a anexação da Macedônia e de Kosovo e com a presença de um rei sérvio no poder. (GLENNY, 2017)

No período da República Socialista Federativa da Iugoslávia, as tensões étnicas ligadas à Sérvia tinham contradições como fundamentos: uma interpretação croata e eslovena acerca de uma predominância sérvia no Estado; e uma visão sérvia de que a República Socialista da Sérvia estava sendo prejudicada pela Constituição de 1974, uma vez que o documento conferia uma maior autonomia para as províncias de Kosovo e da Vojvodina, de modo a enfraquecer a soberania sérvia em seu território. (PESIĆ, 1996)

Na década de 1980, com a potencialização da fragilidade do Estado Iugoslavo, de modo a fomentar um contexto de ascensão de movimentos nacionais na Iugoslávia, os sérvios lutavam por: uma unificação própria em um Estado Sérvio único, abrangendo todos os sérvios presentes nas demais nações iugoslavas, principalmente na Bósnia e Herzegovina; e pela soberania em seu próprio território, visto o surgimento de um forte movimento separatista em Kosovo, configurando uma “ameaça étnica” aos sérvios. (PESIĆ, 1996)

3.2. Kosovo

Localizado entre Albânia, Montenegro, Macedônia e Sérvia, o território de Kosovo é composto majoritariamente por albaneses (93%) e sérvios (5%). Esses dois grupos, no entanto, sentiam-se ligados a Kosovo, e, mesmo sendo dominado demograficamente por albaneses, era uma aspiração nacionalista para ambos. Para os albaneses, era o local de surgimento de seu movimento nacional em 1878; já para os sérvios, Kosovo era semelhante “ao que Jerusalém significa para os judeus”, uma vez que era visto como um local sagrado de formação histórica medieval e religiosa para os nacionalistas sérvios. (MALOKU, 2016)

No final da década de 1980, na Província Autônoma de Kosovo, pertencente à Iugoslávia, houve a ascensão de movimentos separatistas albaneses, reivindicando a soberania albanesa na região, de modo a escalonar as tensões com a República da Sérvia. (PESIĆ, 1996)

3.3. Vojvodina

A Vojvodina é uma região pertencente ao Estado Sérvio que teve influência e domínio de diversas nações ao longo do seu processo histórico de formação, principalmente dos otomanos, húngaros e sérvios (discutido na seção 2.1.1.1.). Como consequência desse processo, houve a formação de uma população multiétnica de predominância sérvia, fortemente ligada ao ideal sérvio de unificação, porém sempre reivindicando uma

determinada autonomia na província, a qual foi ganha na Constituição de 1946, e expandida na Constituição de 1974, de modo a gerar um certo desconforto na República da Sérvia, que temia perder sua soberania na região. (PETSINIS, 2019)

3.4. Croatas

A Croácia, muito antes de ser um Estado consolidado, já sonhava em se tornar um Estado-nação, o que sempre foi um agente de transformação dentro da região. O movimento nacionalista croata surgiu com o Ilirianismo (discutido na seção 2.1.1.2), no início do século XIX, o qual, por intermédio da literatura e da arte, concebia a concepção do povo croata principalmente através da língua, sendo esta um tópico fundamental de sua nacionalidade. (OLIVEIRA, 2021)

Além disso, ao longo do processo histórico de formação da nacionalidade croata, é notável uma maior proximidade com os europeus do bloco ocidental, principalmente em virtude da forte presença da Igreja Católica. Como consequência dessa afinidade, há um antagonismo em relação às nações europeias orientais, principalmente no que diz respeito aos sérvios, que possuem fortes laços com a Igreja Ortodoxa; além de ser frequente no imaginário popular croata a associação desses povos orientais com ‘selvageria e barbárie’. Esse distanciamento dos demais vizinhos iugoslavos apenas acentuou o movimento nacionalista e separatista croata, em busca do antigo desejo por um Estado Croata. (BELLAMY, 2003)

3.5. Bósnios

A Bósnia-Herzegovina é marcada por uma forte divisão étnica, oriunda do longo domínio otomano e das disputas territoriais na região entre croatas e sérvio. (discutido na seção 2.1.1.2) Com isso, em 1990, existiam três principais grupos: os bósnios-muçulmanos (bosníacos) - 44% da população -, os sérvio-bósnios - 31 % da população - e os croatas-bósnios - 17% da população. (SILVA, 2011)

Após a morte de Tito e a subsequente potencialização dos movimentos nacionalistas, as tensões étnicas começaram a ser acentuadas. Os bosníacos defendiam uma total independência bósnia sob a sua liderança; enquanto os sérvio-bósnios defendiam a separação de seus territórios e a anexação destes à Sérvia; e os croatas-bósnios buscavam a anexação Bósnia ao território croata. (POPOVIĆ, 2019)

3.6. Eslovenos

A Eslovênia teve a formação de sua identidade nacional a partir da segunda metade do século XIX, defendendo a existência de uma única alma eslovena, fundamentada na

linguagem, na história e no folclore. Contudo, esse movimento estava mais voltado para uma nação eslovena cultural, deixando de lado a ideia de independência política, a qual passou a ser mais presente na década de 1980. (HANSEN, 1996)

A identidade eslovena passa por fortes influências germânicas e austríacas devido ao longo domínio do Império Austro-Húngaro, resultando em uma maior proximidade da Eslovênia com a Europa Central e em uma busca por distanciamento das demais nações balcânicas. Apesar disso, há uma grande similaridade com os croatas, principalmente devido à importante presença do catolicismo e das semelhanças da língua eslovena com as línguas serbo-croatas. Contudo, mesmo com esses elementos em comum, há uma busca pelo afastamento da cultura croata ao se valorizar o contexto de formação histórica sob domínio austríaco, reforçando a sua aproximação com as nações centrais da Europa. (HANSEN, 1996)

A partir da segunda metade do século XX, o cenário esloveno movimentava-se em direção contrária ao comunismo e ao iugoslavismo. O nacionalismo esloveno era baseado no conservadorismo, uma vez que acusava o período iugoslavo como um “declínio da nação eslovena”. As demandas eslovenas por democracia não eram compatíveis com as diversidades étnicas, religiosas, culturais, políticas e econômicas - e seus antagonismos - como ocorria na Iugoslávia, principalmente em virtude do temor de “perder” a linguagem eslovena em meio a essa integração promovida pelo Estado iugoslavo, uma vez que os eslovenos, assim como os croatas, acreditavam na existência de uma superioridade sérvia em relação às demais nações. (HANSEN, 1996)

3.7. Montenegrinos

Montenegro era uma das seis repúblicas que constituíam a antiga Iugoslávia, seu nacionalismo exercia influência considerável no cenário político Iugoslavo. A consolidação da identidade nacional montenegrina afastou a república de ser engolida pela identidade Sérvia, e trouxe distinção entre as duas no período final da Iugoslávia ainda unificada. Na copa de 1998 por exemplo, a Iugoslávia se constituía apenas de Montenegro e Sérvia. Em 2003 os times já haviam seleções diferentes. Embora o processo tenha sido lento, seria impossível a distinção desses dois grupos étnicos se não fora o nacionalismo da minoria montenegrina. Ainda há o problema com montenegrinos que se identificavam como sérvios ou como pertencentes a ambas nacionalidades. (ARROQUE, 2015)

O sentimento de uma minoria de montenegrinos em relação à Sérvia é o de uma “pátria-mãe”. Por mais que aqueles que ainda ligam a nacionalidade montenegrina a sérvia representem uma presença política considerável, os mesmos não têm maioria para mobilizar

seu projeto de país. O futuro de Montenegro é incerto em relação a identidade. O futuro pode ser esperançoso em relação a uma maior cooperação entre os países. Mas também há abertura para conflitos étnicos devido ao histórico de violência interétnica como com a Macedônia, por exemplo. (ARROQUE, 2015)

3.8. Macedônios

A Macedônia era um dos territórios contido dentro da República Socialista Federativa da Iugoslávia. A região atualmente é dividida entre a Grécia e a Bulgária e alguns territórios pertencentes à antiga república Iugoslava. (DANFORTH, 1993)

A Macedônia já foi uma região muito poderosa, sob o comando de Alexandre o Grande e seu exército foram conquistadas terras até o território da Índia. O rei dominou vários povos e deixou grandes frutos para seu povo. Por incrível que pareça, foi apenas com a criação da Macedônia Iugoslava que ocorreu o desenvolvimento de uma cultura e nacionalidade macedônia. Por volta de 1940-1950 foi criada sua própria língua, símbolo da fortificação da Macedônia. (DANFORTH, 1993)

Durante séculos a área foi cenário de guerras e fez com que houvesse fluxos de refugiados, que tanto se abrigaram no local durante os anos e também fugiram da área conflituosa. A instabilidade dentro da região é constante, então é muito provável que guerras e conflitos étnicos voltem a acontecer. Em 1981, a Macedônia tinha uma população de 1,9 milhões de pessoas, composta por, além de 1,2 milhões de macedônios por volta de 400 mil albaneses, 87 mil turcos e outros grupos como ciganos, sérvios e mulçumanos que variam por volta de 40 mil pessoas. (DANFORTH, 1993)

4. Estrutura administrativa

4.1. Administração durante o período Titoísta

Após serem vitoriosos na luta de libertação nacional contra os estrangeiros no território dos Balcãs, as divergências político-partidárias, por fim, culminaram na extinção do Reino da Iugoslávia em 1945. Subsequentemente, instituiu-se a República Popular Federativa da Iugoslávia (FPRI) através da promulgação de uma nova Constituição de 1946, desse modo, as seis repúblicas socialistas e ambas províncias autônomas pertencentes à Sérvia se uniram sob regime de um governo de partido único, o Partido Comunista da Iugoslávia liderado por Josip Broz Tito. Em um primeiro momento, a administração se estabelece sob moldes stalinistas, como era de praxe de Estados socialistas emergentes durante este período. Moldes, estes, demarcados através de um regime centralizado, hierarquicamente organizado e baseado

em diretrizes administrativas para alocação dos recursos. Entretanto, a ruptura de relações entre a Iugoslávia e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) estabelecida através da expulsão arbitrária do Partido Comunista da Iugoslávia do Cominform no ano de 1948, adveio com a necessidade de estabelecer de uma nova “via iugoslava” para o socialismo. (GOMES, 2019; NECKEL, 2020).

4.2 Administração autogestionária

Sob uma ótica político-administrativa, a ruptura Tito-Stalinista e o distanciamento dos moldes soviéticos foram delimitados por intensa descentralização das decisões políticas iugoslavas e através da organização de poder local. Neste momento, é possível observar quatro níveis de governo: Federação, Repúblicas, Distritos e Comunas, tendo suas principais funções econômicas sob a responsabilidade da Federação e das Comunas. (FLEMING; SERTIC, 1962)

Posteriormente à expulsão do bloco econômico no início da guerra fria, fatores internos e externos tornam perceptível a imprescindibilidade do estabelecimento de um modelo político-econômico que se distanciasse do modelo soviético vigente, entretanto, que ainda permanecesse na linha ideológica do marxismo. Entre estes fatores, podem ser explicitados a insatisfação popular em um Estado multiétnico de raízes frágeis, disfunções da economia de comando e da organização burocrática, pressão salarial de sindicatos (em um contexto de um projeto de rápida industrialização). Com o estabelecimento de uma política de não-alinhamento ao bloco soviético, observa-se no país a adoção de um sistema de autogestão das firmas pelos próprios trabalhadores no ano de 1950, após uma experiência-piloto bem sucedida. Tal adoção é efetivada através da introdução da lei da autogestão das empresas que constava:

As fábricas, minas, empresas de comunicação, de transporte, comerciais, agrícolas, florestais, comunais e outras empresas do Estado serão dirigidas, enquanto propriedade da nação, em nome da comunidade social, por coletividades de trabalhadores no âmbito do plano econômico e sobre a base dos direitos e obrigações estabelecidos pelas leis e pelos regulamentos [...]. As coletividades de trabalho assegurarão essa gestão por meio dos conselhos operários, dos comitês de gestão das empresas. (OIT, 1974)

Logo, pode ser compreendido que o socialismo de autogestão adotado pela República Popular Federativa da Iugoslávia na década consistiu na interrupção formal da propriedade dos meios de produção por parte do Estado, se tornando, dessa maneira, propriedade social. O objetivo desta adoção está embasado na procura que a economia respondesse aos desígnios dos próprios produtores e na busca de evitar a erupção de conflitos regionais causados pela

presença de um governo centralizador, objetivo este, juntamente assegurado através da descentralização política e organização do poder local.

A organização interna das firmas, por sua vez, tinha início na eleição de um “conselho operário” efetuada pelos trabalhadores de cada respectiva empresa e as principais decisões, como produção, preços e divisão do trabalho, eram de determinação do conselho eleito, constituído por cerca de 20 a 30 representantes que se alternavam em um mandato de 2 anos. Conjuntamente caberia ao conselho operário eleger um "comitê de gestão", órgão administrativo da firma, tinha sua composição formada de 3 a 11 representantes, não necessariamente pertencentes ao conselho, porém o quórum deveria obedecer o mínimo de três quintos de representantes que fossem trabalhadores diretamente ligados ao processo produtivo e o resto seria composto por um corpo administrativo denominado *collegium*. Sob uma análise teórica, a autogestão elevaria a classe trabalhadora à uma posição administrativa sob representativa parcela dos meios produtivos, contudo fez-se presente um tangenciamento claro entre o *collegium* e a gerência da base proletária, através do conselho operário e comitê de gestão presentes que haviam sido implementados em todo segmento empresarial iugoslavo de média a grande escala. (GOMES, 2019)

Em um primeiro momento, a implementação do modelo autogestionário resultou em um êxito econômico singular, acompanhado de um sucesso político, que apesar da descentralização, ainda residia com intensidade sob a imagem do líder, Josip Broz Tito. Conforme seu êxito, a autogestão torna-se princípio fundamental da Constituição iugoslava de 1953 e a indústria, como já vinha ocorrendo desde a queda da monarquia, se torna prioridade acima de todos outros setores

Figura 5 - Composição social dos Conselhos de Trabalhadores.

Quadro 1
Composição social dos Conselhos de
Trabalhadores (%)

	1960	1965	1970
Operários	76,2	73,8	67,6
□ sem especialização	7,2	8,5	7,7
média especialização	13,4	10,8	9,0
especializados	40,5	37,8	33,7
muito especializados	15,1	16,7	17,2
Administração/formação	23,8	26,2	32,4
□ primária	7,6	7,3	6,4
secundária	12,0	13,0	15,9
universitária	4,2	5,9	10,1

Fonte: JAVANOV.

4.2. Estrutura administrativa pós Tito

4.2.1 Sucessão rotativa da presidência

Tendo em vista os crescentes conflitos nacionalistas na região balcânica, motivados pela deterioração da economia e na falta de uma imagem unificadora de um líder, no ano de 1980 observa-se a aprovação de uma emenda constituinte que estabelecerá a sucessão rotativa do poder executivo que extingue o cargo de Presidência Vitalícia até então ocupada por Tito. Em cada período legislativo haveria uma das respectivas repúblicas iugoslavas no poder. Esta política tinha o objetivo de manter o equilíbrio evitando que apenas sérvios governassem o país, uma vez que eram de expressiva maioria e naturalmente teriam hegemonia sobre o processo democrático. (BELANÇON, 2015)

4.2.2 Rejeição do modelo autogestionário

Historicamente, seria infactível afirmar que a rejeição do modelo econômico iugoslavo teria iniciado apenas com a morte de Tito, todavia, é de suma importância observar que o governo titoísta tinha sua manutenção embasada em um sistema político-econômico criado sob a imagem e semelhança do líder. Ao ponto que ocorre a perda de tal imagem, naturalmente, o declínio da confiança por parte da população no modelo estabelecido em sua administração é imediata.

A fim de compreender os crescentes sentimentos de rejeição ao modelo autogestionário que antecederam a morte de Josip Tito, é necessário analisar a concepção de anti-burocratização dentro da Iugoslávia, a burocratização sistêmica era considerada por muitos críticos e participantes do sistema como a maior inimiga da classe trabalhadora e o mais remanescente sintoma da divisão capitalista de trabalho dentro da Iugoslávia. No contexto iugoslavo da década de 1980, pode-se observar o termo “birokratizam” sendo definido simultaneamente como uma camada de gerentes profissionais e o sistema de relações político-sociais em que burocratas têm papel substancial. Em 1986, foi escrita uma reportagem serva que advertiu que (ARCHER, 2019):

“Cidadãos têm dificuldade e perdem muito de seu tempo em um labirinto de procedimentos e instituições que os irritam e os tornam demasiadamente críticos ao sistema. Dentro de diversos órgãos e administrações que cidadãos são direcionados À, regras lógicas burocratizadas e ocorrências que violam a dignidade dos indivíduos, trabalhadores e cidadãos (tratamentos impróprios e rudes) são palpáveis” (VOJVODINE, 1986)

5. Situação atual

5.1. Situação econômica

Em primeiro plano, a fim de compreender o panorama econômico da Iugoslávia no período de realização do 14º Congresso da Liga dos Comunistas, é importante considerar seu histórico de dependência de atores econômicos externos. Nesse sentido, a via socialista independente adotada por Tito foi imprescindível: os poderes ocidentais incentivavam a economia de países com socialismos desvinculados da URSS, através de programas e empréstimos, na esperança de uma futura distensão do bloco comunista e adesão ao capitalista. Isso, aliado às opções políticas e à má gestão econômica por parte das lideranças iugoslavas, contribuiu para um forte endividamento externo. Verifica-se, assim, que, entre os anos 1960 e 1980, a dívida externa do país foi de 2 bilhões para 20 bilhões de dólares (SEVERO, 2011).

De forma geral, a Federação estava enfrentando uma recessão, e a resposta veio na forma de empréstimos de ajuste estrutural, isto é, empréstimos com *covenants* de reformas na economia e nas políticas setoriais do Estado. O FMI, por exemplo, concedeu dois empréstimos à Iugoslávia - em 1979 e 1982 - apresentando como contrapartida um pacote de reformas macroeconômicas de liberalização do mercado, conhecido como “Programa a Longo Prazo de Estabilização Econômica”. Tal projeto visava equilibrar os objetivos sociais e o potencial econômico do país, prevendo a total exposição da Iugoslávia à economia mundial como forma de garantir que, em 10 anos, ela conseguiria arcar com os custos de suas dívidas externas (VILOGORAC, 1986).

No início de sua implementação, observaram-se resultados positivos, como por exemplo, o incremento nas exportações e o pagamento de parte das dívidas sem baixa produção. No entanto, rapidamente o cenário mudou e o pacote liberalizante teve seu preço revelado. É possível citar exemplos de impactos negativos na elevação dos preços de produtos básicos, o aumento do desemprego, o racionamento de energia e o empobrecimento da população (SEVERO, 2011).

É interessante destacar, que, nesse contexto, a produção econômica do país estava à mercê da demanda internacional, o que resultou em um impacto desigual entre as partes integrantes da confederação: as repúblicas que exportavam bens manufaturados – Eslovênia e Croácia – foram favorecidas em detrimento das que produziam bens primários – Sérvia, Bósnia-Herzegovina e Macedônia. Isso afetou as perspectivas dos dirigentes das repúblicas no que diz respeito à relação com a confederação como um todo. Desse modo, a Eslovênia e a

Croácia, por exemplo, se tornaram menos dependentes das restrições impostas pelo governo federal e, por isso, eram frequentemente opostas à recentralização do poder político em torno desse, enquanto as regiões mais empobrecidas apelavam por isso (DEVIC, 2016).

Em 1989, ainda considerando as reformas propostas pelo FMI, o então Primeiro-Ministro Ante Markovic aboliu o sistema de autogestão e todos os resquícios de uma economia socialista no país. Tal medida foi extremamente arriscada, uma vez que ia de encontro com os direitos individuais dos trabalhadores iugoslavos e acabou ocasionando uma falência em massa de empresas, bem como a desvalorização da força industrial.

Na virada entre as décadas de 80 e 90, a Iugoslávia enfrentava, portanto, um endividamento externo elevado, altas taxas de desemprego, inflação crescente, miséria, corrupção e greves. Em meio ao cenário retratado, as disparidades regionais foram intensificadas, o que resultou na eclosão de conflitos entre as identidades étnicas eslavas e na emergência de minúsculos Estados com fraca estrutura estatal em termos de segurança e bem-estar social (SEVERO, 2011).

5.2. Situação política

No final da Segunda Guerra Mundial, devido à enfrentamentos políticos internos, o então Reino da Iugoslávia se tornou República Federativa Socialista da Iugoslávia. Inicialmente, seu novo sistema político seguiu os moldes adotados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mas Tito, ao se envolver no governo, optou por um certo afastamento, o que tensionou a relação entre as Federações e, eventualmente, culminou em um rompimento. A partir disso a política-administrativa do país, assim como sua estrutura econômica, passou por um processo de descentralização (DE ALMEIDA, 1983).

Desse modo, no período de realização do 14º Congresso da Liga dos Comunistas, o cenário político iugoslavo era de declínio do apreço pelo governo central. Isso pode ser justificado tanto por questões internas, como a crise econômica já destrinchada, quanto por externas, como o colapso da polarização político-ideológica que deu origem à Guerra Fria e suas repercussões no mapa geopolítico mundial. O fato é que sem poder contar com as estruturas oficiais da Federação, a população passou a depender cada vez mais dos governos a nível local, o que resultou na formação de redes informais de apoio em torno de cada república e, conseqüentemente, no aumento do sentimento separatista (SEVERO, 2011).

Na Sérvia, por exemplo, Slobodan Milosevic, ao assumir presidência em 1989, passou a fazer propaganda contra os croatas, expressando abertamente seu sentimento nacionalista, assim como suas promessas de uma Sérvia unificada e independente. Na Croácia, Tudjman,

presidente eleito em 1990, passou a hostilizar os sérvios que viviam no país, expulsando-os de cargos públicos, sob a justificativa de que representariam uma ameaça. A partir de 1987, a Eslovênia também passou a demonstrar seu desejo de independência, afirmando que a situação da república estaria melhor fora da federação iugoslava. Tais demonstrações também foram observadas na Bósnia-Herzegovina e na Macedônia. (BELANÇON, 2015)

Nesse sentido, é importante destacar, também, que existia um intenso apoio externo em direção a esse separatismo. Isso porque esperava-se que a independência da Eslovênia e da Croácia, por exemplo, proporcionariam mercados hábeis e oportunidades de investimentos interessantes (SEVERO, 2011). É possível observar, mais uma vez, interesses ocidentais possuindo um certo peso nos desdobramentos iugoslavos.

No início da década de 90, portanto, a Iugoslávia encontrava-se em um cenário político instável marcado pela perda da legitimidade por parte do governo central e pelo aumento de sentimentos separatistas. Nesse contexto, a tendência era de uma possível dissolução e uma tomada de ação fazia-se necessária. De forma geral, não havia um líder que, como Tito, conseguisse manter a federação e nem uma ideologia que mantivesse a União (BELANÇON, 2015).

5.3. Questões étnicas

Primeiramente, é importante destacar que a região balcânica se caracteriza por uma forte pluralidade étnica, o que torna a questão identitária do Estado-Nação iugoslavo extremamente complexa. Djokic, 2003, é incisivo nesse aspecto: “Não havia uma definição única de quem ou o que era (ou não) iugoslavo”. Dessa forma, ao longo da história do país, é possível observar uma frequente oposição entre o supranacionalismo, que defendia a criação de uma identidade iugoslava unitária, e os nacionalismos particulares, que focavam nas especificidades de cada comunidade eslava para justificar projetos exclusivos. (DJOKIC, 2003)

No decorrer dos anos, então, aspectos de cada contexto histórico impactaram as questões étnicas e, conseqüentemente, os discursos defendidos, ora favorecendo a cooperação entre as repúblicas, ora favorecendo as políticas de secessão. No período pós Segunda Guerra Mundial, por exemplo, o supranacionalismo ganhou força, uma vez que o governo central conquistou legitimidade se aproveitando da narrativa de libertação nacional, bem como do sentimento de segurança agora depositado nele por parte de servo-croatas, servo-bósnios e bósnios-mulçumanos, grupos étnicos fortemente afetados pelo conflito (PAVKOVIC, 2000).

A partir da década de 80, contudo, observou-se um delineamento das diferenças étnicas e uma reemergência dos nacionalismos. Isso pode ser justificado, dentre outros fatores, pela morte de Tito, que, ao longo de seu governo, tentou neutralizar essas divergências direcionando esforços para manutenção da união dos povos iugoslavos. No início dos anos 90, ainda, a queda dos regimes comunistas na Europa revelou oportunidade de autodeterminação por parte dos vizinhos iugoslavos, em especial na porção oriental do continente, o que aos poucos também encorajou os desejos nacionalistas das repúblicas da federação (KIRKPATRICK, 2007).

Os Sérvios, por exemplo, sempre mantiveram um forte desejo expansionista de unificação em um Estado e, nesse contexto apresentado, isso foi intensificado porque alegavam estar sendo prejudicados pela concessão de autonomia às províncias Vojvodina e Kosovo. A Croácia, por sua vez, usou a alegada ameaça da “Grande Sérvia” para promover a “Grande Croácia” e passou a hostilizar os sérvios que viviam em seu território. Vale ressaltar que os dois projetos implicavam na divisão da Bósnia entre sérvios e croatas, mas falhavam em considerar os muçulmanos. (AGUILAR et al., 2012)

Os muçulmanos, então, sentiram-se no direito de clamar pelo estabelecimento da “Transversal Verde”, uma antiga aspiração islâmica que uniria os territórios entre Istambul e Viena, percorrendo, por consequência, terras da confederação (AGUILAR et al., 2012). Os macedônios pensavam em recriar a nação berço de Felipe e Alexandre, reis do antigo reino da Macedônia, na “Grande Macedônia”. Os albaneses, ainda, advogavam a formação da “Grande Albânia”, unificando as áreas de maioria albanesa (AGUILAR, 2003).

Esses projetos de grandeza e suas interseções fizeram com que tais etnias percebessem mais claramente suas diferenças e passassem a se sentir desprotegidas em relação às demais, especialmente em regiões em que eram minorias. O resultado foi, portanto, uma epidemia de insegurança que afetou todo o país (AGUILAR et al., 2012).

5.4. Situação humanitária

No panorama apresentado, em que a Iugoslávia enfrentava uma forte instabilidade econômica e política, ao mesmo tempo em que lidava com divergências étnicas, bem como com a constante influência externa em seus domínios, era de se esperar que o resultado fosse a emergência de conflitos na região. Nesse sentido, a partir do momento em que há a ascensão do nacionalismo e a disseminação do discurso de “limpeza étnica”, é necessário evidenciar os inúmeros casos de violações contra o Direito Humanitário e os Direitos Humanos no território (NAKAMURA, 2009).

No período de realização do 14º Congresso da Liga dos Comunistas, não havia oficialmente nenhuma guerra em terras iugoslavas, mas o clima conflituoso, regado de xenofobia e sentimentos nacionalistas, já estava sendo construído. Nesse contexto, existia um raciocínio de violência preventiva em que as repúblicas enxergavam as demais como potenciais ameaças e eram favoráveis à ideia de agir preventivamente ou, no mínimo, permitir que determinados grupos militares ou paramilitares agissem em seu nome (LOUREIRO, 2017). À título de exemplo, a identidade sérvia identificava as populações bósnio-croata e bósnio-muçulmana como inimigas.

De forma geral, foi exatamente com o aval, ou, ao menos, com a conivência da maioria da população diante desses discursos de inimizades, que as ações de limpeza étnica puderam se concretizar. Observaram-se, ao longo dos anos, políticas de transferência, expulsão e extermínio, em que indivíduos de determinadas etnias eram retirados à força de suas propriedades. Além disso, a queima de casas, templos religiosos, e plantações, bem como casos de torturas, estupros e assassinatos fizeram-se presentes. (PERES, 2011)

Vale ressaltar, também, que em alguns territórios notou-se um movimento migratório significativo. Em Kosovo, na década de 80, por exemplo, estima-se que 14.197 sérvios tenham emigrado e, apesar disso ser também um produto das condições econômicas precárias da região, as violências albanesas figuraram como o principal motivo para a migração em massa (LOUREIRO, 2017). Ou seja, as agressões começaram a ser percebidas como motivações para que parte da população fugisse de suas terras, o que potencialmente poderia se tornar uma problemática de refugiados.

Em 1990, portanto, a ideia de dividir o território e separar as pessoas com base na sua ascendência étnica-nacional-religiosa tornava a coexistência inconcebível e impactava as condições de vida da Iugoslávia. Desse modo, apesar de não existirem guerras na região, é importante destacar que sua situação humanitária estava sendo afetada e a tendência era que o quadro piorasse.

5.5. Últimos acontecimentos

O falecimento de Josip Broz Tito, em 1980, foi extremamente relevante para a história da Iugoslávia, visto que significou a perda de uma figura forte e carismática que teve papel primordial na manutenção de sua união. A partir de então, como já explicitado, notou-se uma potencialização do quadro de instabilidade no país - o que pode ser exemplificado por alguns acontecimentos pontuais que se sucederam ao longo da década.

Em março de 1981, uma revolta estudantil na Universidade de Pristina, em Kosovo, acarretou uma série de protestos, motins e greves sem precedentes. Unidos por reivindicações de cunho social e econômico, os estudantes se manifestaram utilizando slogans separatistas como “Somos albaneses, não Iugoslavos”, “Kosovo-República” e “Unificação com a Albânia” (OLIVEIRA, 2000). Diante disso, observou-se uma forte repressão das autoridades federais, prisões em massa foram efetuadas e a província ficou em estado de sítio por alguns meses.

É importante destacar que eventos desse gênero estimularam o nacionalismo sérvio, uma vez que tal grupo temia ser prejudicado pela concessão de autonomia à Kosovo, assim como teria ocorrido recorrentemente no período titoísta. Nesse sentido, em 1986, foi vazado um Memorando da Academia Servia de Ciências e Artes defendendo o argumento de que os sérvios teriam sido vítimas de políticas discriminatórias durante os anos comunistas e, por isso, sofriam com atraso econômico e situações de insegurança. O documento levantava, também, os riscos de discriminações na Croácia e de genocídio dos sérvios kosovores por seus concidadãos albaneses.

A ascensão de Slobodan Milosevic é outro ponto importante porque o líder sérvio defendia abertamente o nacionalismo e agia a partir disso. O general tornou-se presidente da Liga Comunista Sérvia em 1986 e, em apenas alguns anos, mais especificamente, em 1989, assumiu a presidência da república sérvia (SEVERO, 2011).

Nos anos de sua presidência, as tensões só aumentaram, gerando uma série de protestos entre 1987 e 1988, principalmente no Kosovo. Por um lado a minoria Sérvia da região protestava a favor de Milosevic procurando serem mais representadas pela política local em detrimento da maioria albanesa. Era esperado que Milosevic apazigua-se o cenário através de um discurso unionista, contudo, não foi isso que aconteceu. O presidente se colocou do lado das reivindicações dos protestantes, levando assim a revolta dos albaneses que se sentiam traídos dentro do país. Essas manifestações contrárias a Milosevic foram recebidas com violência policial, inflamando ainda mais os discursos separatistas. Todos esses fatos culminaram na “Revolução Anti-Burocrática”, quando o governo central sérvio unilateralmente destituiu os governos das províncias autônomas de Kosovo e Vojvodina botando aliados seus no lugar. (KARAMANIC, 2009)

A relação entre a Sérvia e algumas das demais repúblicas foi afetada, haja vista o extremismo do discurso de Milosevic e a potencial ameaça oriunda desse. À vista disso, partidos anticomunistas croatas e eslovenos, por exemplo, passaram a apoiar cada vez mais os gritos separatistas, além de terem adotado a causa kosovar. No final de 1989, os eslovenos

chegaram a enviar parte de sua renda federal direcionada às regiões subsidiadas diretamente para Kosovo, em resposta a um boicote econômico sérvio contra a Eslovênia (SEVERO, 2011).

Em fevereiro de 1989, ainda, há mais um acontecimento em Kosovo que coloca a questão de sua autonomia em discussão. Estima-se que cerca de 1300 operários albaneses da mina de carvão de Stari Trg tenham entrado em greve, inicialmente por conta das condições trabalhistas, mas depois como forma de protestar politicamente e exigir reformas constitucionais que garantissem maior liberdade para a província (OLIVEIRA, 2000). Os dirigentes da mina foram detidos sob acusação de cumplicidade com os grevistas, a população foi às ruas protestar e novos conflitos ocorreram, resultando, então, em uma intervenção federal. Em janeiro de 1990, nesse cenário extremamente incerto, o 14º Congresso da Liga dos Comunistas da Iugoslávia é convocado com o objetivo de discutir o futuro da liga. Uma questão é de necessário entendimento para uma discussão frutífera, os delegados aqui representados são membros partidários de suas respectivas províncias, contudo, são completamente independentes para tomarem as decisões que julgarem necessárias. Em um contexto complexo como o da Iugoslávia, alianças e rupturas inesperadas podem ocorrer a qualquer momento.

6. Referências

A DECLARAÇÃO de Nis. 24 novembro 1914.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz; MATHIAS, Ana Luiza Terra Costa. Identidades e diferenças: o caso da guerra civil na antiga Iugoslávia. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, vol. 4, n.º 8, p. 438-454, dezembro, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10494/6836> . Acesso em: 26 de maio de 2022.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **A guerra da Iugoslávia: uma década de crise nos Balcãs.** São Paulo: Usina do Livro, 2003.

ALBERTINI, Luigi. **Origins of the War of 1914.** Nova Iorque: Enigma Books, 1953.

BAILEY, R. H. **Partisans and Guerrilhas, World War II.** Chicago: Time-Life Books, 1980.

BANAC, Ivo. 2022. **Josip Broz Tito.** 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Josip-Broz-Tito>.

BATEN, Joerg. **A History of the Global Economy: 1500 to the Present**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

BELANÇON, Leonardo. **A crise política e a desintegração da República Federativa Socialista da Jugoslávia**. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1116.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2022.

BELLAMY, Alex J. **The Formation of Croatian National Identity: A centuries-old dream**. Nova Iorque: Manchester University Press, 2003.

BICANIC, Rudolf. **La via jugoslava al socialismo. Capitalismo e socialismo**. Napoli: Liguori, 1976.

BURG, Steven L. **Elite conflict in post-Tito Yugoslavia**. *Soviet Studies*, v. 38, n. 2, p. 170-193, 1986.

DANFORTH, Loring M.. **Claims to Macedonian Identity: The Macedonian Question and the Breakup of Yugoslavia**. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1993

DE ALMEIDA, Heloisa. **Autogestão: da ideia às práticas**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/D538L6kYG8rw5X4rV9tc8Wj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 de maio de 2022..

DEDIJER, Vladimir. **The Road to Sarajevo**. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1966.

DEVIĆ, Ana. **What nationalism has buried: Yugoslav social scientists on the crisis, grassroots powerlessness and Yugoslavism**. In: DUDA, Igor; STUBBS, Paul; ARCHER, Rory (eds.) *Social inequalities and discontent in Yugoslav socialism*. Abingdon: Routledge, 2016, p. 21-37.

DJOKIC, Dejan. Introduction: Yugoslavism: Histories, Myths, Concepts. In: _____ (Ed.). **Yugoslavism: Histories of a Failed Idea (1918-1992)**. Londres: Hurst & Company, 2003. p. 1-10.

DŽAJA, Srećko M. **Bosnien-Herzegowina in der österreichisch-ungarischen Epoche (1878-1918): Die Intelligentsia zwischen Tradition und Ideologie**. Munique: Oldenbourg, 1994

GLENNY, Misha. **The Balkans, 1804-2012: Nationalism, War and the Great Powers**. Granta Books. London. 2017.

GOMES, L. H. M. **A trajetória do socialismo na Iugoslávia (1945-1990)**. História Econômica & História de Empresas, v. 22, n. 1, 8 jul. 2019.

HALL, Richard C. **The Balkan Wars 1912-1913: Prelude to the First World War**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2000.

HANSEN, Lene. **Slovenian Identity: State-Building on the Balkan Border**. Liubliana: Sage Publications Inc., 1996.

HOARE, Marko Attila. **Genocide and Resistance in Hitler's Bosnia: The Partisans and the Chetniks, 1941-1943**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HORVAT, Josip. **Politička povijest Hrvatske (Biblioteka Historiae)**. Zagreb: August Cesarec, 1989.

IUGOSLÁVIA. Constituição de 31 de janeiro de 1946. Disponível em: https://www.worldstatesmen.org/Yugoslavia_1946.txt. Acesso em: 10 jun 2022.

JESSUP, John E. **A Chronology of Conflict and Resolution, 1945-1985**. Nova Iorque: Greenwood Press, 1989.

JUDAH, J. Spear. **Kosovo: What Everyone Needs to Know**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KARAMANIC, Slobodan. **Serbia, Anti-Bureaucratic Revolution, 1987-1989**. The International Encyclopedia of Revolution and Protest, 2009.

KIRKPATRICK, Jeane J. **Making War to Keep Peace**. New York: Harper Collins, 2007.

LAMPE, John R. and ALLOCK, John B.. **Yugoslavia**. 2020. <<https://www.britannica.com/place/Yugoslavia-former-federated-nation-1929-2003>>. Acesso em: 31 Jan. 2022.

LEES, Michael. **The Rape of Serbia: The British Role in Tito's Grab of Power**. Londres: Harcourt, 1990.

LONČAREVIĆ, Dušan. **Jugoslaviens Entstehung** Zúrique: Ceool Press, 1929

LOUREIRO, Juliana. **Securitização da identidade e conflitos étnicos: antecedentes à Guerra da Bósnia (1992-1995)**. 2017. 333 f. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais - Instituto de Relações Internacionais de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MALOKU, Edona. **Building National Identity in Newborn Kosovo: Challenges of Integrating National Identity with Ethnic Identity Among Kosovar Albanians and Kosovar Serbs**. Leiden: Springer, 2016.

MEDLICOTT, W. N. **The Congress of Berlin and After: A Diplomatic History of the Near Eastern Settlement, 1878-1880**. Londres: Archon Books, 1963.

MILLER, R. F. **Developments in Yugoslav agriculture – breaking the ideological barrier**. East European Politics & Societies, v. 3, n. 3, 1989.

NAKAMURA, Julian Roberto. **O Tribunal Penal Internacional: Contextualização Histórica, Características e Incorporação ao Direito Brasileiro**. Monografia de graduação em Direito - Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

NECKEL, Miguel. **A autogestão Iugoslava: caminhos e dilemas (1950-1991)**. Revista História (São Paulo), SP, v.39, n. 43, 2020.

OLIVEIRA, Pedro Aires. **Kosovo: o legado da História**. Disponível em: https://www.ipris.org/files/20/I_20_Kosovo_o_legado_da_Histo_ria.pdf. Acesso em: 14 de junho de 2022.

OLIVEIRA, Rafael. **Determinantes da Identidade Nacional Croata: análise cliométrica dos conflitos culturais nos Balcãs**. Orientador: Prof. Dr. Andrea Cabello. 2021. 34 f. Trabalho de Conclusão - Faculdade de Economia, Universidade de Brasília, 2021.

PAVKOVIC, Aleksandar. **The Fragmentation of Yugoslavia : Nationalism and War in the Balkans**. 2nd ed. London, UK : Macmillan, 2000.

PERES, Andréa. **Campos de Estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Y6tTmFHbw5tXdBzTfySjXjG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 de junho de 2022.

PEROVIĆ, Latinka. **The Kingdom of Serbians, Croats and Slovenians (1918-1929)/the Kingdom of Yugoslavia (1929-1941): Emergence, Duration and End**. Belgrado: University of Belgrade Press, 2015

PESIĆ, Vesna. **Serbian Nationalism and the Origins of the Yugoslav Crisis**. Washington DC: Peaceworks, 1996.

PETRANOVIĆ, BRANKO. **Jugoslavija 1918-1984**. Belgrado: Zbornok Dokumentata, 1985.

PETSINIS, Vassilis. **National Identity in Serbia Vojvodina and a Multiethnic Society between the Balkans and Central Europe**. Londres: Great Britain, 2019.

POPOVIĆ, Viktor Gunnarsson. **Who is Bosnian?: Ethnic Division in Bosnia and Herzegovina and its Implications for a National Identity**. Orientador: Linus Hagström. 2019. 41 f. Trabalho Independente - Faculdade de Ciências Políticas, Försvarshögskolan Stockholm.

RAJAK, Svetozar. **Yugoslavia and the Soviet Union in the early Cold War: reconciliation, comradeship, confrontation, 1953-1957**. London: Routledge, 2010.

RUPP, George Hoover. **A Wavering Friendship: Russia and Austria, 1876 - 1878**. Harvard University Press, Cambridge, v. 49, n. 4, p. 28-45, 1941.

SEVERO, Marília. **Determinantes sistêmicos na criação e na dissolução da Iugoslávia (1918-2002)**. 2011. 193 f. Dissertação de Mestrado em Política Internacional – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SHAFER, Kenneth. **The Congress of Berlin of 1878: Its Origins and Consequences**. Orientador: Franklin C. West. 1989. 94 f. Dissertação (Mestrado) - História, Portland State University, Portland, 1989. Disponível em: https://pdxscholar.library.pdx.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4936&context=open_access_etds . Acesso em: 14 mai. 2022.

SILVA, Gustavo. **Da rosa ao pó: Histórias da Bósnia pós-genocídio**. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2011.

STAAR, Richard. **The communist regimes in Eastern Europe**. Stanford: Hoover Institution Press, 1971.

STOJANOVIC, Mihailo D. **The Greatest Powers and the Balkans**. Cambridge: Cambridge University Press, 1939.

THE EDITORS OF ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Balkan Wars** 2021. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Balkan-Wars>>. Acesso em: 31 Jan. 2022.

TRATADO de Bucareste. 10 agosto 1913. Disponível em: <https://www.fomoso.org/wp-content/uploads/2018/04/The-Treaty-of-Bucharest-10.08.1913.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2022.

TRATADO de Constantinopla. 30 setembro 1913. Disponível em: <https://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/boshtml/bos151.htm>. Acesso em: 31 mai. 2022.

TRATADO de Londres. 30 maio 1913. Disponível em: <https://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/boshtml/bos145.htm>. Acesso em: 31 mai. 2022.

TRATADO de Versalhes. 18 junho 1919. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjToP3eiY34AhUDAtQKHTKrANAQFnoECAMQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.census.gov%2Fhistory%2Fpdf%2Ftreaty_of_versailles-112018.pdf&usg=AOvVaw1AQnkYmEJFv7_Yp2RTR_en. Acesso em: 1 jun 2022.

VILOGORAC, Sead. **A economia iugoslava: o estado atual e suas perspectivas com referência especial ao programa de estabilização.** Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v.27, n. 2, p. 124-136, 1999.

VUCINICH, Wayne S. **Serbia Between East and West. The Events of 1903-1908.** Stanford: ACLS, 2006